

Informações Trimestrais – ITR's

Alupar Investimento S.A.

30 de junho de 2011

Alupar Investimento S.A.

Informações Trimestrais – ITR's

30 de junho de 2011

Índice

Relatório sobre revisão das informações trimestrais.....	1
Informações trimestrais	
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados e resultados abrangentes.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstrações do valor adicionado.....	8
Notas explicativas às informações trimestrais.....	9



Condomínio São Luiz
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830
Torre I - 8º Andar - Itaim Bibi
04543-900 - São Paulo, SP, Brasil
Tel: (5511) 2573-3000
Fax: (5511) 2573-5780
www.ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Alupar Investimento S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Alupar Investimento S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos naquela data e as das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três e seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

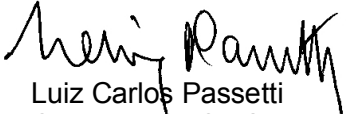
Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de agosto de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3


Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-S-SP

Alupar Investimento S.A.

Balancos patrimoniais
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010 (ajustado)	
Ativo					
Circulante					
	292.829	488.126	1.485.957	1.471.470	
Caixa e equivalentes de caixa	4	265.337	391.592	407.975	506.034
Contas a receber de clientes		-	-	101.650	88.738
Partes relacionadas	17	11.015	82.724	-	-
Impostos a compensar	5	12.821	10.891	41.997	28.663
Adiantamento a fornecedores		2.604	1.751	24.662	20.520
Estoques		-	-	18.918	17.721
Despesas pagas antecipadamente		44	57	764	1.960
Cauções e depósitos judiciais	12	-	-	7	417
Ativo financeiro da concessão	6	-	-	861.286	793.249
Outros Ativos		1.008	1.111	28.698	14.168
Não circulante					
	1.742.062	1.424.385	4.515.276	4.273.081	
Partes relacionadas	17	401.084	284.222	-	-
Impostos a compensar	5	-	-	19.003	13.043
Tributos e contribuições sociais diferido	5	-	-	25	20
Cauções e depósitos judiciais	12	1.528	1.462	11.068	8.184
Títulos e valores mobiliários		-	-	56.724	77.362
Ativo financeiro da concessão	6	-	-	2.903.960	2.806.813
Outros Ativos		-	-	5.366	4.076
Investimentos	7	1.264.957	1.073.477	5.755	5.686
Imobilizado	8	1.433	1.368	576.020	449.002
Intangível	9	73.060	63.856	937.355	908.895
Ativo total		2.034.891	1.912.511	6.001.233	5.744.551

Nota	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Passivo				
Circulante				
	137.435	211.794	675.720	701.465
Empréstimos e financiamentos	11 131.388	156.566	473.247	383.257
Fornecedores	2.892	3.439	41.887	51.778
Salários, férias e encargos sociais	498	1.127	1.308	6.857
Tributos e contribuições sociais a recolher	10 1.532	2.748	60.748	68.432
Dividendos a pagar	-	47.771	22.275	127.530
Provisão para gastos ambientais	-	-	7.392	25.339
Taxas regulamentares e setoriais	-	-	18.224	23.495
Provisões para litígios	12 -	-	302	1.452
Outras Obrigações	1.125	143	50.337	13.325
Não circulante				
	355.303	342.377	2.503.569	2.351.753
Empréstimos e financiamentos	11 355.303	342.377	2.250.275	2.128.197
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	16.827	24.399
Tributos e contribuições sociais diferido	10 -	-	206.164	187.153
Provisões para litígios	12 -	-	2.201	1.455
Adiantamento de clientes	-	-	-	3.752
Outras Obrigações	-	-	28.102	6.797
Patrimônio líquido				
	1.542.153	1.358.340	1.542.153	1.358.340
Capital social	13 804.001	804.001	804.001	804.001
Reserva de capital	13 86.821	-	86.821	-
Reservas de lucros	554.339	554.339	554.339	554.339
Reservas do período	96.992	-	96.992	-
Participação de acionistas não controladores	-	-	1.279.791	1.332.993
Patrimônio líquido + partic. de acionistas não controladores	1.542.153	1.358.340	2.821.944	2.691.333
Passivo total	2.034.891	1.912.511	6.001.233	5.744.551

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações dos resultados

Trimestres e Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 30 de junho de 2010

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

Nota	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	01/04/2011 a 30/06/2011	01/01/2011 a 30/06/2011	01/04/2010 a 30/06/2010	01/01/2010 a 30/06/2010	01/04/2011 a 30/06/2011	01/01/2011 a 30/06/2011	01/04/2010 a 30/06/2010	01/01/2010 a 30/06/2010
Receita bruta								
	-	-	-	-	272.608	552.607	204.664	551.200
Sistemas de transmissão de energia	-	-	-	-	36.488	67.034	12.927	22.966
Sistemas de geração de energia	-	-	-	-	309.096	619.641	217.591	574.166
Deduções								
	-	-	-	-	(17.768)	(34.924)	(13.714)	(27.321)
Receita operacional líquida	15	-	-	-	291.328	584.717	203.877	546.845
Custos operacionais								
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	(12.459)	(28.967)	(14.065)	(27.412)
Energia comprada para revenda	-	-	-	-	(12.115)	(32.652)	(14.897)	(24.544)
Custo de infraestrutura	-	-	-	-	(63.454)	(116.809)	(3.229)	(151.098)
Depreciação / Amortização	-	-	-	-	(3.230)	(7.064)	(7)	(11)
	-	-	-	-	(91.258)	(185.492)	(32.198)	(203.065)
Lucro bruto	-	-	-	-	200.070	399.225	171.679	343.780
(Despesas) receitas operacionais								
Administrativas e gerais	(2.061)	(3.830)	(2.681)	(4.784)	(10.970)	(17.935)	(6.292)	(11.930)
Pessoal	(2.904)	(4.887)	(1.699)	(3.255)	(9.254)	(15.164)	(3.844)	(7.408)
Honorários de diretoria e conselho de administração	(2.064)	(3.194)	(1.063)	(2.711)	(2.862)	(5.162)	(2.500)	(5.260)
Despesas financeiras	16	(17.131)	(32.674)	(9.618)	(18.352)	(70.418)	(118.835)	(42.787)
Receitas financeiras	16	10.497	20.319	10.458	22.887	36.860	15.455	28.425
Equivalência patrimonial	7	56.464	121.176	46.574	96.636	-	-	-
Outras receitas		(3.353)	103	26	62	(3.429)	122	63
Outras despesas		(18)	(21)	1.528	(1.179)	(7.069)	(1.051)	(3.920)
		39.430	96.992	43.525	87.174	(81.115)	(40.992)	(85.372)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		39.430	96.992	43.525	87.174	118.955	272.038	130.687
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	-	-	(18.108)	(36.967)	(16.382)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	-	(16.070)	(16.269)	(7.757)
		-	-	-	-	(34.178)	(53.236)	(24.139)
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	-	(45.347)	(121.810)	(63.023)
Lucro líquido do exercício		39.430	96.992	43.525	87.174	39.430	96.992	43.525
Lucro líquido por ação								
Básico e diluído - R\$		0,24	0,59	0,27	0,53			
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		163.910	163.910	163.910	163.910			

A Companhia não apurou outros resultados abrangentes nos períodos apresentados e, portanto não esta apresentando a demonstração de resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Trimestres e semestre findos em 30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total controladora	Participação de acionistas não controladores	Total consolidado
		Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de capital				
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (ajustado)	804.001	12.570	388.397	-	-	1.204.968	1.140.312	2.345.280
Lucro líquido do período	14	-	-	-	87.174	87.174	126.677	213.851
Dividendos declarados a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	(8.181)	(8.181)
Varição na participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	16.362	16.362
Saldos em 30 de junho de 2010	804.001	12.570	388.397	-	87.174	1.292.142	1.275.170	2.567.312

Nota	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total controladora	Participação de acionistas não controladores	Total consolidado
		Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de capital				
Saldos em 31 de dezembro de 2010 (ajustado)	804.001	22.627	531.712	-	-	1.358.340	1.332.993	2.691.333
Lucro líquido do período	14	-	-	-	96.992	96.992	121.810	218.802
Ágio em transação de capital - EATE	13	-	-	86.821	-	86.821	-	86.821
Dividendos declarados a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	(90.033)	(90.033)
Varição na participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	(84.979)	(84.979)
Saldos em 30 de junho de 2011	804.001	22.627	531.712	86.821	96.992	1.542.153	1.279.791	2.821.944

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Alupar Investimento S.A.

Demonstração do fluxo de caixa Trimestres e Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 30 de junho de 2010 (Em milhares de reais)

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	01/04/2011 a 30/06/2011	01/01/2011 a 30/06/2011	01/04/2010 a 30/06/2010	01/01/2010 a 30/06/2010	01/04/2011 a 30/06/2011	01/01/2011 a 30/06/2011	01/04/2010 a 30/06/2010	01/01/2010 a 30/06/2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais								
Lucro líquido do período	39.430	96.992	43.525	87.174	39.430	96.992	43.525	87.174
Itens que não afetam as disponibilidades								
Depreciação e amortização	121	237	95	188	4.670	8.932	8	12
Equivalência patrimonial	(56.464)	(121.176)	(46.661)	(96.723)	-	-	-	-
Variações monetárias e cambiais líquidas	15.783	31.489	9.362	18.591	70.009	129.585	30.098	83.073
Baixas do ativo imobilizado e intangível	133	133	(10)	-	(136)	697	(10)	244
Imposto diferido	-	-	-	-	16.070	16.269	11.981	11.981
Outras receitas operacionais	3.376	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	93.783	121.810	62.120	126.677
	2.379	7.675	6.311	9.230	223.826	374.285	147.722	309.161
(Aumento) redução no ativo								
Contas a receber concessionárias e permissionárias	-	-	-	-	2.459	(6.406)	1.804	(909)
Contas a receber ativo financeiro	-	-	-	-	84.751	(127.296)	(57.091)	(165.163)
Partes relacionadas	(887)	-	(52.645)	(98.989)	(11.525)	(11.525)	-	-
Impostos a recuperar	(2.820)	(1.930)	(2.387)	30	1.189	(12.270)	2.678	2.385
Estoques	-	-	-	-	(2.602)	(1.197)	(995)	(1.241)
Outros ativos	4.816	(737)	(1.292)	(2.705)	(174.068)	(80.071)	(22.252)	(28.506)
	1.109	(2.667)	(56.324)	(101.664)	(99.796)	(238.765)	(75.856)	(193.434)
Aumento (redução) no passivo								
Fornecedores	86	(547)	(167)	(628)	(2.416)	(4.190)	13.777	26.277
Taxas regulamentares e setoriais	-	-	-	-	3.210	1.407	3.265	-
Salários, férias e encargos sociais	(726)	(629)	(673)	(264)	3.580	(424)	118	1.881
Contribuições e impostos a recolher	(34)	(1.216)	193	(1.776)	1.691	(20.223)	1.350	(20.605)
Outros passivos	1.035	982	552	552	6.239	20.974	(3.733)	4.870
	361	(1.410)	(95)	(2.116)	12.304	(2.456)	14.777	12.423
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	3.849	3.598	(50.108)	(94.550)	136.334	133.064	86.643	128.150
Fluxos de caixa das atividades de investimentos								
Investimentos realizados	(12.841)	(67.212)	(3.786)	(4.618)	-	-	-	-
Dividendos e JCP recebidos	119.300	155.438	35.416	48.407	25.555	-	15.269	-
Aplicações no imobilizado e intangível	(6.896)	(9.639)	(6.898)	(13.183)	(101.005)	(167.889)	(111.677)	(206.838)
	99.563	78.587	24.732	30.606	(75.450)	(167.889)	(96.408)	(206.838)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	99.563	78.587	24.732	30.606	(75.450)	(167.889)	(96.408)	(206.838)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos								
Integralização de capital	-	-	-	-	16.469	16.469	15.702	15.702
Adiantamento para futuro aumento de capital	(116.862)	(116.862)	-	-	9.146	12.024	6.299	13.300
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(47.771)	(47.771)	(29.101)	(29.101)	(204.217)	(204.217)	(98.752)	(98.752)
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	9.984	13.944	-	15.186	6.976	715.440	80.515	305.877
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(57.236)	(57.751)	(18.869)	(19.209)	(76.768)	(602.951)	(64.866)	(241.274)
	(211.885)	(208.440)	(47.970)	(33.124)	(248.394)	(63.235)	(61.102)	(5.147)
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(211.885)	(208.440)	(47.970)	(33.124)	(248.394)	(63.235)	(61.102)	(5.147)
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	(108.473)	(126.255)	(73.346)	(97.068)	(187.510)	(98.060)	(70.867)	(83.835)
Demonstração do aumento nas disponibilidades								
Saldo no início do período	373.810	391.592	497.337	521.059	595.484	506.034	578.795	591.763
Saldo no final do período	265.337	265.337	423.991	423.991	407.974	407.974	507.928	507.928
Aumento (redução) líquido nas disponibilidades	(108.473)	(126.255)	(73.346)	(97.068)	(187.510)	(98.060)	(70.867)	(83.835)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2011 e 30 de junho de 2010

(Em milhares de reais)

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	01/04/2011 a 30/06/2011	01/01/2011 a 30/06/2011	01/04/2010 a 30/06/2010	01/01/2010 a 30/06/2010	01/04/2011 a 30/06/2011	01/01/2011 a 30/06/2011	01/04/2010 a 30/06/2010	01/01/2010 a 30/06/2010
Receitas								
Receita de concessão de transmissão	-	-	-	-	25.216	47.500	20.525	40.987
Receita de infra-estrutura	-	-	-	-	63.453	116.808	3.229	151.098
Remuneração dos ativos da concessão	-	-	-	-	183.939	388.299	180.910	359.115
Suprimento de energia	-	-	-	-	36.488	67.034	12.927	22.966
Outras receitas	(3.353)	103	26	62	(3.437)	114	27	63
	(3.353)	103	26	62	305.659	619.755	217.618	574.229
(-) Insumos adquiridos de terceiros								
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	-	-	(12.115)	(32.652)	(14.897)	(24.544)
Custo de infra-estrutura	-	-	-	-	30.707	(22.648)	(3.229)	(151.098)
Serviços de terceiros	(1.187)	(2.468)	(2.016)	(3.297)	(18.075)	(33.524)	(11.118)	(24.166)
Materiais	(47)	(78)	(23)	(61)	(689)	(1.495)	(422)	(813)
Outros custos operacionais	(414)	(481)	1.248	(1.881)	(91.506)	(94.567)	(2.084)	(5.309)
	(1.648)	(3.027)	(791)	(5.239)	(91.678)	(184.886)	(31.750)	(205.930)
(-) Quotas de reintegração (depreciação)	(120)	(236)	(95)	(188)	(4.620)	(8.882)	86	(11)
Valor adicionado recebido em transferência								
Equivalência patrimonial	56.463	121.175	46.574	96.636	-	-	-	-
Receita financeira	10.497	20.319	10.457	20.756	34.314	48.287	15.455	28.425
	66.960	141.494	57.031	117.392	34.314	48.287	15.455	28.425
Valor adicionado a distribuir	61.839	138.334	56.171	112.027	243.675	474.274	201.409	396.713
Distribuição do valor adicionado								
Pessoal								
Remuneração direta	3.604	5.747	1.929	4.230	13.622	18.793	7.085	13.428
Benefícios	306	617	232	440	2.318	3.326	1.093	2.171
Auxílio alimentação	85	162	79	114	405	612	284	527
Assistência médica	87	165	35	108	522	804	396	853
Vale transporte	7	13	9	13	17	20	13	20
Previdência privada	68	142	61	117	277	431	216	377
Outros	59	135	48	88	1.097	1.459	184	394
F.G.T.S	268	419	133	298	828	1.180	430	850
	4.178	6.783	2.294	4.968	16.768	23.299	8.608	16.449
Impostos, Taxas e Contribuições								
Federais	917	1.502	571	1.221	58.010	97.283	42.178	78.763
INSS	792	1.299	463	997	2.950	4.251	1.670	3.174
Encargos do consumidor	-	-	-	-	7.299	14.923	7.703	14.680
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	31.657	50.516	16.526	32.576
PIS e COFINS	18	21	18	31	10.673	20.214	8.378	15.856
Contribuição sindical/patronal	11	52	7	40	79	185	77	231
CIDE	-	-	1	12	-	-	1	12
IR sobre remessa exterior	-	-	24	37	-	-	24	37
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	2.520	2.719	7.613	11.981
Outros impostos e taxas	96	130	58	104	2.832	4.475	186	216
Estaduais	-	21	3	3	(1)	1.291	4	29
ICMS	-	-	-	-	(23)	1.240	-	-
IPVA	-	21	3	3	22	51	4	29
Municipais	2	25	(2)	34	28	53	2	58
IPTU	2	25	1	34	28	53	5	57
Taxa de licenciamento	-	-	(3)	-	-	-	(3)	1
	919	1.548	572	1.258	58.037	98.627	42.184	78.850
Remuneração de Capitais de Terceiros								
Juros e variações cambiais	16.772	32.315	9.568	18.295	77.995	123.231	41.697	83.395
Aluguéis	181	337	161	275	1.737	2.773	1.282	2.221
Outras despesas financeiras	359	359	51	57	4.361	7.542	1.090	1.947
	17.312	33.011	9.780	18.627	84.093	133.546	44.069	87.563
Remuneração de Capitais Próprios								
Reservas de lucros	39.430	96.992	43.525	87.174	39.430	96.992	43.525	87.174
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	45.347	121.810	63.023	126.677
	39.430	96.992	43.525	87.174	84.777	218.802	106.548	213.851
	61.839	138.334	56.171	112.027	243.675	474.274	201.409	396.713

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Alupar Investimento S.A. (“Companhia” ou “Alupar”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede à rua Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, bl.l 9º andar – Vila Olímpia, na cidade de São Paulo – SP, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar participa em seis empresas geradoras e 17 empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, estando ainda no aguardo das autorizações dos Órgãos Reguladores do Setor Elétrico no Chile, para obter o controle acionário mediante compra da participação acionária da Guarupart Participações Ltda. em mais uma empresa de transmissão. A Alupar também participa em 2 empresas Holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste) e Alupar Inversiones Peru.

A Companhia é diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda (“Guarupart”).

Dados das empresas controladas:

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais)

1. Informações gerais--Continuação

Concessões de linhas de transmissão

A Alupar participa de 17 empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil. Das 17 concessionárias, 4 se encontram em fase pré-operacional, sendo que as 12 concessionárias em atividade operam 3.391,5 quilômetros de linhas de transmissão, sendo elas:

Empresas

Empresa Amazonense de Transmissão S.A. - EATE
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES
Empresa Paraense de Transmissão S.A. - ETEP
Empresa Norte de Transmissão S.A. - ENTE
Empresa Regional de Transmissão S.A. - ERTE
Empresa Catarinense de Transmissão S.A. - ECTE
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM (*)
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME(*)
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG(*)
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE
Companhia Transleste de Transmissão - Transleste
Companhia Transirapê de Transmissão - Transirapê
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. - ESDE(*)

(*) Empresas pré-operacionais

A Alupar também participa com quase 100% das ações do capital total da empresa Alupar Inversiones Peru SAC, cujo objeto social é participar de novos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica no Peru.

Concessões de usinas de energia elétrica

A Alupar detém os direitos de concessão de três UHEs e a autorização de duas PCHs, totalizando 431 MW de potência instalada e 263 MW de garantia física, sendo elas:

UHE Ferreira Gomes

A UHE Ferreira Gomes localiza-se no Rio Araguari, nos municípios de Araguari e Ferreira Gomes, no Estado do Amapá. O empreendimento consiste no aproveitamento potencial hidráulico, com potência instalada de, no mínimo, 252 MW. A previsão de entrada em operação plena é no 1º semestre de 2015.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais--Continuação

Concessões de usinas de energia elétrica--Continuação

UHE Foz do Rio Claro

A UHE Foz do Rio Claro com 68,4 MW de Potência instalada, localizada no Rio Claro, nos municípios de Caçu e São Simão, em Goiás. Este empreendimento entrou em operação plena em fevereiro de 2011.

UHE São José

A UHE São José com 51,0 MW de Potência instalada, localizada no rio Ijuí, nos municípios de Salvador das Missões e Rolador, no Rio Grande do Sul. Este empreendimento teve a entrada em operação da 1ª turbina em janeiro de 2011 e a 2ª turbina em maio de 2011.

PCH Lavrinhas

Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (PCH Lavrinhas) - com potência instalada de 30 MW e garantia física de 21,4 MW, localizada no Rio Paraíba do Sul, no município de Lavrinhas, no Estado de São Paulo, com uma área alagada de 0,76 km² e com previsão de entrada em operação plena em setembro de 2011.

A partir de 01 de novembro de 2010, a PCH Lavrinhas iniciou o suprimento/fornecimento de energia elétrica por conta dos "CCEIs - Contratos Bilaterais Particulares de Compra e Venda de Energia Elétrica Proveniente de Fontes Incentivadas".

PCH Queluz

Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (PCH Queluz) - com potência instalada de 30 MW e garantia física de 21,4 MW, localizada no Rio Paraíba do Sul, no município de Queluz, no Estado de São Paulo, com uma área alagada de 1,27 km² e com previsão de entrada em operação plena em agosto de 2011.

A partir de 01 de julho de 2010, a PCH Queluz iniciou o suprimento de energia elétrica por conta dos "CCEIs - Contratos Bilaterais Particulares de Compra e Venda de Energia Elétrica Proveniente de Fontes Incentivadas"

A Alupar está realizando estudos para obtenção de novas autorizações para Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs em diversos estados brasileiros.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais--Continuação

Concessões de usinas de energia elétrica--Continuação

PCH Queluz--Continuação

A Alupar também participa com 51% das ações do capital total da empresa Genpower termoeletricas e participações S.A., cujo objeto social é participar de novos empreendimentos de geração de energia elétrica. A Alupar iniciou sua participação na Genpower em 24 de março de 2011.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis

A administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das Informações contábeis – “ITR” em 10 de agosto de 2011.

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias (“informações contábeis”) da Companhia, para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, compreendem:

- a) as informações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas *pela International Accounting Standards Board - (IASB)*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Consolidado”.
- b) As informações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estão identificadas como “Controladora” ou “Individuais”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis-- Continuação

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 30 de junho de 2011, porém, aplicados de forma retroativa a partir de 01 de janeiro de 2009, data de transição adotada pela Companhia. As isenções referentes a adoção do CPC estão descritas na nota nº 4.1.1 das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011. As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As informações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas informações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nessas informações contábeis, tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida e comprada, número de consumidores, seguros e meio ambiente, não foram revisados pelos auditores independentes.

2.3. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.3.1. Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis-- Continuação

2.3. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira--Continuação

2.3.2. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das informações contábeis. Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

2.3.3. Critérios de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. São consideradas controladas quando a Companhia possui os seguintes fatores de forma combinada: detém mais do que metade do poder de voto; governa as suas políticas financeiras e operacionais; e indica ou destitui a maioria dos membros da diretoria ou conselho de administração.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as informações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do período das empresas controladas.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis-- Continuação

2.3. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira--Continuação

2.3.3. Critérios de consolidação--Continuação

As seguintes controladas estão sendo incluídas nas informações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Participação (%)	
		30/06/2011	31/12/2010
Controladas diretas:			
Alupar Inversiones Peru	Holding	100,00	100,00
Transminas Holding S.A.	Holding	70,02	70,02
Foz do Rio Claro Energia S.A.	Geração	50,01	50,01
Ijuí Energia S.A.	Geração	50,01	50,01
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	Geração	25,01	25,01
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	Geração	25,01	25,01
Ferreira Gomes Energia S.A.	Geração	100,00	100,00
Genpower termoeletricas e participações S.A.	Geração	51,00	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,02	38,01
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.	Transmissão	51,00	51,00
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	Transmissão	100,00	100,00
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,02	50,02
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,01	50,01
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,01	50,01
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	40,01	40,01
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	Transmissão	60,00	60,00
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	Transmissão	46,00	46,00
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	Transmissão	100,00	100,00
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	Transmissão	15,00	15,00
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	Transmissão	20,00	20,00
Controladas indiretas:			
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	25,51	19,39
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	Transmissão	40,02	30,41
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	Transmissão	40,02	30,41
Companhia Transleste de Transmissão	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transirapé de Transmissão	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transudeste de Transmissão	Transmissão	28,71	28,71
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	Transmissão	50,02	50,02

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis-- Continuação

2.3. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira--Continuação

2.3.3. Critérios de consolidação--Continuação

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes. A Companhia consolida 100% das empresas acima, com exceção da Transudeste, ECTE e TME que são consolidadas de forma proporcional e destaca a parcela de não controladores na demonstração de resultado e mutação do patrimônio líquido.

3. Sumário das práticas contábeis

As demonstrações contábeis referentes ao exercício de findo em 31 de dezembro de 2010 foram às primeiras preparadas e apresentadas pela Companhia de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC. Como consequência, as principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para preparação de suas informações trimestrais – ITR do período de seis meses findo em 30 de junho de 2011 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, portanto, devem ser lidas conjuntamente.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Caixa	27	19	109	157
Bancos - depósitos a vista	22	4.589	14.364	17.652
Aplicações financeiras	265.288	386.984	393.502	488.225
	<u>265.337</u>	<u>391.592</u>	<u>407.975</u>	<u>506.034</u>

Detalhamento das aplicações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Certificados de depósitos bancários	265.288	386.984	384.192	486.148
Fundo de Investimento	-	-	9.310	2.077
	<u>265.288</u>	<u>386.984</u>	<u>393.502</u>	<u>488.225</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, e são considerados instrumentos financeiros a valor justo através do resultado, e são remuneradas em média, no caso da Companhia de 100% a 104,5% do CDI, e nas controladas variando de 75% a 103,35% do CDI no semestre findo em 30 de junho de 2011, e têm características de liquidez imediata.

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

5. Impostos a compensar e diferido

Por força de determinações legais, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto sofreram as retenções e/ou procederam as antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições. Os saldos destes tributos estão assim distribuídos:

a) Imposto de renda e contribuição social corrente a compensar

	Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda	11.120	3.780
Contribuição social	2.915	395
	<u>14.035</u>	<u>4.175</u>

b) Outros tributos a compensar

	Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda retido na fonte	12.159	15.034
PIS	2.048	1.515
COFINS	10.343	7.638
INSS	229	141
Outros	3.183	160
	<u>27.962</u>	<u>24.488</u>
<u>Não circulante</u>		
PIS	3.390	2.327
COFINS	15.613	10.716
	<u>19.003</u>	<u>13.043</u>
	<u>46.965</u>	<u>37.531</u>

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

5. Impostos a compensar e diferido--Continuação

c) Imposto de renda e contribuição social diferido

	Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda diferido	12	15
Contribuição social diferido	8	5
Outros	5	-
	<u>25</u>	<u>20</u>

6. Contrato de concessão público – Privado

	Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
<u>Circulante</u>		
Ativo financeiro da concessão	861.286	793.249
	<u>861.286</u>	<u>793.249</u>
<u>Não circulante</u>		
Ativo financeiro da concessão	2.903.960	2.806.813
Ativo intangível - bens de concessão	844.859	822.397
	<u>3.748.819</u>	<u>3.629.210</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.600.062	
Remuneração do ativo financeiro	432.580	
Custo de construção	116.808	
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(384.204)	
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>3.765.246</u>	

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

6. Contrato de concessão público – privado--Continuação

Ativo financeiro da concessão

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pelas controladas da Companhia são regulamentados pelos contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados com a União – Poder Concedente. Estes contratos de concessão estabelecem os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados. Estes contratos estabelecem também, que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

Sendo assim, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das controladas da Companhia, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão nestas controladas. A Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As infraestruturas construídas da atividade de transmissão que estavam originalmente representadas pelos ativos imobilizados das controladas são, ou serão, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor;

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

6. Contrato de concessão público – privado--Continuação

Ativo intangível – bens de concessão

Os contratos de concessão das controladas Ijuí Energia S.A. (Ijuí) e Foz do Rio Claro Energia S.A. (Foz), contemplam as características para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão. O modelo contábil adotado por estas controladas é do registro do ativo intangível, visto que estas controladas são remuneradas em função do grau de utilização das infraestruturas da concessão. Este intangível deverá ser amortizado pelo prazo da concessão da controlada.

Características do Contrato de Concessão das Controladas - Transmissão

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (EATE): Através do Contrato de Concessão nº 42/2001, de 12 de junho de 2001, foi outorgada à controlada EATE pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo as linhas de transmissão de 500 kV entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz e Presidente Dutra e Açailândia.

Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. (STN): Através do Contrato de Concessão nº 05/2004, de 18 de fevereiro de 2004, foi outorgada à controlada STN pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo as Linhas de Transmissão em 500 kv, Teresina II – Sobral III – C2, com origem no Estado do Piauí e término no Estado do Ceará, com extensão de 334 Km e Sobral II – Fortaleza II – C2, no Estado do Ceará, com extensão de 212 KM.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. (ETES): Através do Contrato de Concessão nº 006/2007, de 20 de abril de 2007, foi outorgada à controlada ETES pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 230 kv, com extensão de 107 km, composta pela linha de transmissão Mascarenhas – Verona, localizadas no Estado do Espírito Santo.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (ETEP): Através do Contrato de Concessão nº 43/2001, de 12 de junho de 2001, foi outorgada à controlada ETPE pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo a linha de transmissão de 345/138 Kv, com origem na subestação de Tucuruí (ampliação) e término na subestação de Vila do Conde (ampliação), no Estado do Pará.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

6. Contrato de concessão público – privado--Continuação

Características do Contrato de Concessão das Controladas - Transmissão--Continuação

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (ENTE): Através do Contrato de Concessão nº 85/2002, de 11 de dezembro de 2002, foi outorgada à controlada ENTE pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo duas linhas de transmissão de 500 kV cada uma, sendo a primeira com origem na subestação de Tucuruí (ampliação) e término na subestação Marabá (ampliação), ambas no estado do Pará e a segunda com origem na subestação de Marabá e término na subestação de Açailândia (ampliação), no Estado do Maranhão.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (ERTE): Através do Contrato de Concessão nº 83/2002, de 11 de dezembro de 2002, foi outorgada à controlada ERTE pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo a linha de transmissão de 230 kV, com 179 km de extensão, com origem na subestação de Vila do Conde (ampliação) e término na subestação de Santa Maria (ampliação), ambas no Estado do Pará.

Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (ECTE): Através do Contrato de Concessão nº 88/2000, de 1º de novembro de 2000, foi outorgada à controlada ECTE pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo a linha de transmissão de 525 kv, com extensão de 252,5 km, com origem na subestação de Campos Novos (ampliação) e término na subestação de Blumenau (ampliação) no Estado de Santa Catarina.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. (ETEM): Através do Contrato de Concessão nº 005/2010, de 12 de julho de 2010, foi outorgada à controlada ETEM pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela Linha de Transmissão em 230 kv, circuito simples, com extensão aproximada de 130 Km, com origem na Substação Nobres, localizada no Estado de Mato Grosso e termino na Substação Cuibá, localizada no Estado de Mato Grosso; segundo circuito simples com extensão aproximada de 105 km, origem na Substação Nova Mutum e término na Substação de Nobres localizada no Estado de Mato Grosso.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

6. Contrato de concessão público – privado--Continuação

Características do Contrato de Concessão das Controladas - Transmissão--Continuação

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (TME): Através do Contrato de Concessão nº 025/2009, de 19 de novembro de 2009, foi outorgada à controlada TME pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela Linha de Transmissão em 500 kv, circuito simples, com extensão aproximada de 348 Km, com origem na Subestação Jauru, localizada no Estado de Mato Grosso e termino na Subestação Cuibá, localizada no Estado de Mato Grosso; pela Subestação Jauru em 500/230 kv – 750 MVA.

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. (ETVG): Através do Contrato de Concessão nº 018/2010, de 23 de dezembro de 2010, foi outorgada à controlada ETVG pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela Instalação de Transmissão composta pela Subestação Várzea Grande, em 230/138 kv.

LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (Lumitrans): Através do Contrato de Concessão nº 007/2004, de 18 de fevereiro de 2004, foi outorgada à controlada Lumitrans pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo a linha de transmissão de 525 kv, com extensão de 51 km, com origem na subestação de Machadinho e término na subestação de Campos Novos, ambas no estado de Santa Catarina.

Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (STC): Através do Contrato de Concessão nº 006/2006, de 27 de abril de 2006, foi outorgada à controlada STC pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo a linha de transmissão Barra Grande - Lages, circuito duplo, com extensão aproximada de 96 km, com origem na subestação Barra Grande e término na subestação Lages; linha de transmissão Lages - Rio do Sul, circuito duplo, com extensão aproximada de 99 km, com origem na nova subestação de Lages e término na nova subestação Rio do Sul, todas localizadas no Estado de Santa Catarina.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

6. Contrato de concessão público – privado--Continuação

Características do Contrato de Concessão das Controladas - Transmissão--Continuação

Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (EBTE): Através do Contrato de Concessão nº 11/2008, de 16 de outubro de 2008, foi outorgada à controlada EBTE pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo a linha de transmissão em 230 kV, composto pelas linhas de transmissão, Juína-Maggi, circuito duplo, com 215 km de extensão, interligando a nova subestação de Juína à subestação de Maggi; linha de transmissão Maggi-Juba, circuito duplo, com 232 km de extensão, com origem na subestação de Maggi e término na subestação de Juba; linha de transmissão Maggi-Parecis, circuito duplo, com 106 km de extensão, com origem na subestação de Maggi e término na nova subestação de Parecis e a linha de transmissão Nova Mutum-Sorriso-Sinop, circuito simples, com 222 km de extensão, interligando as subestações de Nova Mutum, Sorriso e Sinop, todas localizadas no Estado de Mato Grosso.

Companhia Transleste de Transmissão (Transleste): Através do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 009/2004 - ANEEL, datado de 18 de fevereiro de 2004, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à controlada Transleste a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 345 kV, com 138 km de extensão, tendo origem na subestação de Montes Claros, e término na nova subestação Seccionadora de Irapé, ambas no Estado de Minas Gerais.

Companhia Transirapé de Transmissão (Transirapé): Através do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 012/2005, lote B - ANEEL, datado de 15 de março de 2005, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à controlada Transirapé a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 230 kV, com 61 km de extensão, tendo origem na subestação de Irapé, e término na nova subestação de Araçuaí 2, ambas no Estado de Minas Gerais.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

6. Contrato de concessão público – privado--Continuação

Características do Contrato de Concessão das Controladas - Transmissão--Continuação

Companhia Transudeste de Transmissão (Transudeste): Através do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 005/2005, lote F - ANEEL, datado de 04 de março de 2005, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à controlada Transudeste a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 345 kV, com 140 km de extensão, tendo origem na subestação de Itutinga, e término na subestação de Juiz de Fora, ambas no Estado de Minas Gerais.

Empresa Santos Dumont de Energia S.A. (ESDE): Através do Contrato de Concessão nº 025/2009, de 19 de novembro de 2009, foi outorgada à controlada ESDE pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo a linha de transmissão em 345/138 kV, composto pela subestação Santos Dumont e dois trechos de linhas de transmissão em 345 kv, compreendidos entre o ponto de seccionamento das Linhas de Transmissão Barbacena 2 – Juiz de Fora 1 e a Subestação Santos Dumont, todas localizadas no Estado de Minas Gerais.

Características do Contrato de Concessão das Controladas - Geração

Ijuí Energia S.A. (Ijuí): Através do Contrato de Concessão nº 006/2006-MME-UHE SÃO JOSÉ, datado de 15 de agosto de 2006, foi outorgada à controlada Ijuí pela União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica, pelo prazo de 35 anos, que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Ijuí e com potência instalada mínima de 51 MW. Pelo uso do bem público a controlada Ijuí efetuará o pagamento de parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 155, sendo a primeira parcela a ser paga no início das operações comerciais da UHE.

Foz do Rio Claro Energia S.A. (Foz): Através do Contrato de Concessão nº 005/2006-MME-UHE FOZ DO RIO CLARO, datado de 15 de agosto de 2006, foi outorgado à controlada Foz pela União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica pelo prazo de 35 anos, que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Claro e com potência instalada mínima de 68,4 MW. Pelo uso do bem público a controlada Foz efetuará o pagamento de parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 214, sendo a primeira parcela a ser paga no início das operações comerciais da UHE.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

7. Investimentos

A movimentação do investimento no período é como segue:

Descrição	Saldo em 31/12/2010	Adições (Baixas)	Equivalência Patrimonial	Saldo em 30/06/2011
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:				
Alupar Inversiones Peru	77	(27)	(490)	(440)
Transminas Holding S.A.	57.995	-	5.728	63.723
Foz do Rio Claro Energia S.A.	37.660	-	(3.376)	34.284
Ijuí Energia S.A.	34.862	-	(2.122)	32.740
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	11.081	-	490	11.571
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	11.785	-	123	11.908
Ferreira Gomes Energia S.A.	1	33.258	(779)	32.480
Genpower termoeletricas e participações S.A.	-	-	1	1
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	299.484	55.532	50.758	405.774
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.	193.235	(11.037)	18.754	200.952
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	28.123	7.979	4.000	40.102
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	76.230	-	9.316	85.546
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	168.143	(16.669)	23.198	174.672
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	29.931	(4.912)	4.962	29.981
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	51.036	(6.712)	5.947	50.271
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	8.481	10.800	613	19.894
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	34.882	2.344	2.440	39.666
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	501	-	-	501
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	5.490	(252)	489	5.727
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	18.793	-	1.124	19.917
	1.067.790	70.304	121.176	1.259.270
Terrenos	5.686	-	-	5.686
Outros	1	-	-	1
	1.073.477	70.304	121.176	1.264.957

Os investimentos em controladas e controladas em conjunto estão apresentadas a seguir:

30/06/2011								
Empresas	Dados das Controladas/Coligadas			Quantidade de Ações ou cotas possuídas			Participação da Alupar	
	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Patrimônio líquido	Resultado do período	Ordinárias	Preferenciais	Total	no capital social	no patrimônio líquido
Alupar Inversiones Peru	625.179	(440)	(498)	625.178	-	625.178	100,00%	(440)
Transminas Holding S.A.	44.860.000	91.006	8.181	31.409.499	499	31.409.998	70,02%	63.723
Foz do Rio Claro Energia S.A.	82.000.000	68.554	(6.751)	41.008.194	-	41.008.194	50,01%	34.284
Ijuí Energia S.A.	84.100.000	65.467	(4.244)	42.058.404	-	42.058.404	50,01%	32.740
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	43.817.126	46.266	(1.960)	10.959.036	-	10.959.036	25,01%	11.571
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	45.182.135	47.614	(495)	11.300.318	-	11.300.318	25,01%	11.908
Ferreira Gomes Energia S.A.	33.321.528	32.480	(779)	33.321.527	-	33.321.527	100,00%	32.480
Genpower termoeletricas e participações S.A.	1.200	1	-	612	-	612	51,00%	1
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	180.000.010	811.261	100.058	46.020.150	44.011.570	90.031.720	50,02%	405.774
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.	198.000.000	394.024	36.773	100.979.997	-	100.979.997	51,00%	200.952
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	29.064.000	40.102	4.000	29.064.000	-	29.064.000	100,00%	40.102
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	45.000.010	171.039	22.234	13.505.150	9.001.844	22.506.994	50,02%	85.546
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	100.840.000	349.266	46.385	50.431.144	-	50.431.144	50,01%	174.672
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	32.645.372	59.945	9.923	16.327.075	-	16.327.075	50,01%	29.981
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	42.095.000	125.640	14.863	16.843.146	-	16.843.146	40,01%	50.271
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	32.001.000	33.157	1.022	19.200.598	-	19.200.598	60,00%	19.894
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	80.000.000	86.230	5.304	36.799.999	-	36.799.999	46,00%	39.666
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	2.001.000	501	-	2.001.000	-	2.001.000	100,00%	501
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	28.070.000	38.182	3.257	4.210.292	-	4.210.292	15,00%	5.727
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	61.360.000	99.585	5.622	12.272.000	-	12.272.000	20,00%	19.917
								1.259.270

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

7. Investimentos--Continuação

31/12/2010								
Dados das Controladas/Coligadas				Quantidade de Ações ou cotas possuídas			Participação da Alupar	
Empresas	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Patrimônio líquido	Resultado do período	Ordinárias	Preferenciais	Total	no capital social	no patrimônio líquido
Alupar Inversiones Peru	625.179	77	(904)	625.178	-	625.178	100,00%	77
Transmínas Holding S.A.	44.860.000	82.826	14.211	31.409.499	499	31.409.998	70,02%	57.995
Foz do Rio Claro Energia S.A.	82.000.000	75.305	(6.695)	41.008.194	-	41.008.194	50,01%	37.660
Juiú Energia S.A.	84.100.000	69.711	(14.389)	42.058.404	-	42.058.404	50,01%	34.862
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	43.817.126	44.306	835	10.959.036	-	10.959.036	25,01%	11.081
Usina Paulista Quelezz de Energia S.A.	45.182.135	47.119	2.242	11.300.318	-	11.300.318	25,01%	11.785
Ferreira Gomes Energia S.A.	1.000	1	-	999	-	999	99,90%	1
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	180.000.010	787.892	197.223	46.020.150	22.399.128	68.419.278	38,01%	299.484
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.	198.000.000	378.892	67.896	100.979.997	-	100.979.997	51,00%	193.235
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	20.978.000	28.123	5.572	20.977.997	-	20.977.997	100,00%	28.123
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	45.000.010	152.414	38.070	13.505.150	9.001.844	22.506.994	50,02%	76.230
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	100.840.000	336.212	85.570	50.431.144	-	50.431.144	50,01%	168.143
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	23.400.000	59.846	17.594	11.703.144	-	11.703.144	50,01%	29.931
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	42.095.000	127.550	26.632	16.843.146	-	16.843.146	40,01%	51.036
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	24.001.000	14.135	134	14.400.598	-	14.400.598	60,00%	8.481
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	80.000.000	75.831	926	36.799.799	-	36.799.799	46,00%	34.882
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	501.000	501	-	500.999	-	500.999	100,00%	501
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	28.070.000	36.603	4.300	4.210.292	-	4.210.292	15,00%	5.490
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	61.360.000	93.964	8.534	12.272.000	-	12.272.000	20,00%	18.793
								<u>1.067.790</u>

Transação de capital

Conforme Acordo de Acionistas entre a Companhia e os acionistas da controlada EATE, a Companhia detém a obrigação de compra de ações preferências de emissão da controlada EATE, detidas pela Eletrobrás. Desta forma a Companhia vem aumentando gradativamente a participação no capital social da controlada EATE. Tal obrigação de compra iniciou-se 24 meses após a entrada em operação da controlada EATE, ou seja, março de 2003. Estas compras são efetuadas a cada trimestre, com período máximo de conclusão de dez anos após o seu início.

O preço de venda das ações preferenciais de titularidade da Centrais Elétrica Brasileiras S.A. - Eletrobrás, a cada trimestre, é determinado pelo atual capital contribuído pelas ações, atualizado pelo IGP-M, acrescido de remuneração de capital de 12% a.a., pro rata temporis, deduzidos quaisquer dividendos pagos à Eletrobrás durante o mesmo período.

A quantidade de ações a serem adquiridas pela Companhia a cada trimestre, corresponde ao percentual de ações ordinárias que a Companhia detem na controlada EATE na data de cada compra.

Durante o primeiro semestre de 2011, a Companhia efetuou a compra de 20.632.329 ações preferências da controlada EATE e que eram de titularidade da Eletrobrás. Esta aquisição foi efetuada pelo montante de R\$4.790, gerando um ganho de capital para a Companhia no montante de R\$86.821. Este ganho de capital foi registrado no patrimônio líquido na rubrica de reserva de capital. Durante o primeiro semestre de 2011, a Companhia concluiu a recompra das ações da EATE.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

8. Imobilizado

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Consolidado			
Taxa média anual de depreciação	30/06/2011	31/12/2010	
<u>Em serviço</u>			
Custo			
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	4%	607	560
Máquinas e Equipamentos	4%	340	871
Veículos	18%	5	5
Móveis e Utensílios	10%	966	1.249
Total custo		1.918	2.685
Depreciação			
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(325)	(258)
Máquinas e Equipamentos		(103)	(221)
Veículos		(4)	(2)
Móveis e Utensílios		(225)	(358)
Total depreciação		(657)	(839)
Total em serviço		1.261	1.846
<u>Em curso</u>			
		574.395	446.687
<u>Arrendamento Financeiro, líquido de depreciação</u>		364	469
Total Imobilizado		576.020	449.002

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos a depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, complementada pela Resolução ANEEL nº 015, de 29 de dezembro de 1997, as quais foram revogadas a partir de 26 de junho de 2009, com a publicação da Resolução ANEEL nº 367 de 2 de junho de 2009, que criou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. As taxas anuais de depreciação vigentes a partir da publicação da Resolução nº 367, estão determinadas na tabela anexa ao MCSPE.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais)

8. Imobilizado--Continuação

Os bens do ativo imobilizado em curso referem-se aos bens das controladas Queluz, Lavrinhas e Ferreira Gomes que estão em fase pré-operacional. As datas previstas para estas empresas entrarem em operação estão descritas na nota nº 1.

9. Intangível

A composição do ativo intangível é a seguinte:

	Taxa média anual de amortização	Consolidado	
		30/06/2011	31/12/2010
<u>Em serviço - bens da concessão</u>			
Custo			
Geração	3%	366.929	-
Total custo - bens da concessão		366.929	-
Amortização			
Geração		(11.042)	-
Total amortização		(11.042)	-
Total em serviço - bens da concessão		355.887	-
<u>Em curso - bens da concessão</u>			
Custo			
Geração		488.972	822.397
Total em curso		488.972	822.397
<u>Outros intangíveis</u>			
Outros intangíveis - custo	10%	3.985	6.685
Outros intangíveis - amortização		(1.212)	(792)
Total outros intangíveis		2.773	5.893
<u>Intangível gerado na aquisição de ações</u>			
Ágio na aquisição de ações	3%	26.865	26.687
Amortização		(1.952)	(1.420)
Total de ágio gerado na aquisição de ações		24.913	25.267
<u>Projeto em desenvolvimento</u>		64.810	55.338
Total Intangível		937.355	908.895

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais)

9. Intangível--Continuação

Ativo intangível – bens de concessão

O saldo do intangível inclui os ativos intangíveis de concessão, que são reconhecidos na medida em que as controladas têm o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos usuários dos serviços públicos. Este ativo intangível está sendo amortizado de forma não linear pelo prazo remanescente dos contratos de concessões das controladas.

Ágio na aquisição de ações

Queluz e Lavrinhas: Os ágios têm como fundamento econômico a perspectiva de rentabilidade futura durante o prazo de exploração da concessão e será amortizado a partir do momento em que os empreendimentos PCH Queluz e PCH Lavrinhas, pelo prazo remanescente da concessão de forma linear. Os ágios registrados pela Companhia foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos:

	30/06/2011	31/12/2010
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	2.665	2.665
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	5.245	5.245
Outros	247	247
	<u>8.157</u>	<u>8.157</u>

EATE: Em 30 de outubro de 2008, foi concretizada a venda de 80% das 60.359.997 ações ordinárias, as quais representam 99,99% do capital social da STC, detidas pela Companhia, para sua controlada EATE, pelo valor de R\$56.779. EM 30 de outubro de 2008, foi concretizada a venda de 80,0% das 26.666.289 ações ordinárias, as quais representam 94,99% do capital social da Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica, detidas pela Companhia, para sua controlada EATE, pelo valor de R\$32.455. Essas duas últimas transações geraram um ganho para a Companhia de R\$18.530, o qual foi registrado no resultado da Companhia naquela época. O saldo do ágio registrado na EATE em 30 de junho de 2011 está assim composto:

	30/06/2011	31/12/2010
Ágio	18.530	18.530
Amortização de ágio	(1.774)	(1.420)
	<u>16.756</u>	<u>17.110</u>

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

9. Intangível--Continuação

Projeto em desenvolvimento

Para desenvolver um projeto, a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos são alocados nas respectivas Sociedades de Propósito Específico – SPE's, que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para ao resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais pela administração.

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis utilizando os conceitos do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, não tendo sido encontrado informações através de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

10. Tributos e contribuições sociais corrente e diferido

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

	Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda	33.202	22.486
Contribuição social	11.953	29.038
	<u>45.155</u>	<u>51.524</u>

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

10. Tributos e contribuições sociais corrente e diferido--Continuação

b) Outros tributos a pagar

	Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
<u>Circulante</u>		
ICMS	4.697	5.453
PIS	1.396	1.008
COFINS	5.050	4.943
INSS	2.346	2.326
Outros	2.104	3.178
	<u>15.593</u>	<u>16.908</u>

c) Imposto de renda e contribuição social diferido

	Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda diferido	151.591	147.981
Contribuição social diferido	54.573	39.172
	<u>206.164</u>	<u>187.153</u>

Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável para todas as empresas controladas diretamente e indiretamente pela Companhia sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual, exceto as controladas, ERTE, Lumitrans, Transirapé, Transleste, Transudeste, ETES, Queluz e Lavrinhas que estão sob o regime de tributação pelo Lucro Presumido.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

10. Tributos e contribuições sociais corrente e diferido--Continuação

c) Imposto de renda e contribuição social diferido--Continuação

Redução do imposto de renda

Algumas de nossas controladas e controladas em conjunto são titulares de benefícios fiscais federais que garantem a redução de imposto de renda na região da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Com fundamento na Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, do Governo Federal, as empresas ETEP, EATE, ERTE, ENTE, e STN são titulares de benefícios fiscais federais que garantem redução de 75% do imposto de renda, inclusive adicional, sobre o lucro da exploração de empreendimentos instalados na região da SUDAM e da SUDENE, pelo prazo de 10 anos. A fruição do benefício fiscal dá-se a partir do ano-calendário subsequente à entrada em operação do projeto, segundo laudo expedido pela SUDAM e SUDENE. Até o presente momento a ETES não está usufruindo do benefício da redução do imposto de renda por estar no aguardo a homologação do processo pela Receita Federal e, diversamente das demais transmissoras da Alupar, a ERTE não está usufruindo da redução de imposto de renda por ter optado pelo lucro presumido.

Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo foi liquidado.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas

- a) O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
<u>Encargos de dívidas - circulante</u>				
Moeda estrangeira	-	-	2.003	384
Moeda nacional	2.878	3.573	36.825	15.862
	<u>2.878</u>	<u>3.573</u>	<u>38.828</u>	<u>16.246</u>
<u>Encargos de dívidas - não circulante</u>				
Moeda estrangeira	-	-	-	-
Moeda nacional	1.825	1.058	106.842	112.167
	<u>1.825</u>	<u>1.058</u>	<u>106.842</u>	<u>112.167</u>
<u>Empréstimos e financiamentos - circulante</u>				
Moeda estrangeira	-	-	47.947	13.047
Moeda nacional (inclui arrendamento mercantil)	3.413	1.349	156.840	202.321
	<u>3.413</u>	<u>1.349</u>	<u>204.787</u>	<u>215.368</u>
<u>Empréstimos e financiamentos - não circulante</u>				
Moeda estrangeira	-	-	37.805	56.562
Moeda nacional (inclui arrendamento mercantil)	34.247	22.493	1.313.365	1.640.641
	<u>34.247</u>	<u>22.493</u>	<u>1.351.170</u>	<u>1.697.203</u>
<u>Debêntures - circulante</u>				
Moeda nacional	125.098	151.643	230.554	151.643
	<u>125.098</u>	<u>151.643</u>	<u>230.554</u>	<u>151.643</u>
<u>Debêntures - não circulante</u>				
Moeda nacional	323.358	323.358	797.910	323.358
	<u>323.358</u>	<u>323.358</u>	<u>797.910</u>	<u>323.358</u>
<u>Custo de transação a amortizar - circulante</u>				
Moeda nacional	-	-	922	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(922)</u>	<u>-</u>
<u>Custo de transação a amortizar - não circulante</u>				
Moeda nacional	-	4.531	5.647	4.531
	<u>(4.128)</u>	<u>(4.531)</u>	<u>(5.647)</u>	<u>(4.531)</u>
Circulante	131.388	156.566	473.247	383.257
Não circulante	355.303	342.377	2.250.275	2.128.197
Total geral	<u>486.691</u>	<u>498.943</u>	<u>2.723.522</u>	<u>2.511.454</u>

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas-- Continuação

Moeda estrangeira:

Consolidado										
30/06/2011										
Moeda estrangeira	Vencimento	Moeda	(% a.a.) Taxa efetiva	Dívida				Custo de transação a amortizar		
				Instituições financeiras / credores	Encargos Circulante	Encargos não circulante	Principal circulante	Principal não circulante	Circulante	Não circulante
BDMG - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,50%		5	-	190	1.359	-	-
BDMG - Transleste	2017	Cesta de moedas	5,00%		103	-	745	3.725	-	-
BDMG - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,50%		2	-	85	596	-	-
BNDES - ERTE	2015	Cesta de moedas	5,50%		10	-	610	2.033	-	-
BNDES - ETEP	2015	Cesta de moedas	5,00%		154	-	9.760	26.127	-	-
BNDES - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,00%		6	-	194	1.395	-	-
BNDES - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,00%		2	-	88	617	-	-
Itaú BBA - ETEM	2011	US\$	CDI+spread de 5,80%		1.713	-	36.000	-	-	-
Santander - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,50%		5	-	189	1.354	-	-
Santander - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,50%		3	-	86	599	-	-
					2.003	-	47.947	37.805	-	-

Consolidado										
31/12/2010										
Moeda estrangeira	Vencimento	Moeda	(% a.a.) Taxa efetiva	Dívida				Custo de transação a amortizar		
				Instituições financeiras / credores	Encargos Circulante	Encargos não circulante	Principal circulante	Principal não circulante	Circulante	Não circulante
BDMG - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,50%		7	-	202	1.551	-	-
BDMG - Transleste	2017	Cesta de moedas	5,00%		128	-	795	4.373	-	-
BDMG - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,50%		3	-	91	679	-	-
BNDES - EATE	2016	Cesta de moedas	5,00%		131	-	6.303	25.738	-	-
BNDES - ENTE	2015	Cesta de moedas	5,50%		72	-	3.765	15.061	-	-
BNDES - ERTE	2015	Cesta de moedas	5,50%		13	-	646	2.475	-	-
BNDES - ETEP	2015	Cesta de moedas	5,00%		11	-	652	2.174	-	-
BNDES - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,00%		7	-	208	1.591	-	-
BNDES - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,00%		3	-	91	681	-	-
Santander - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,50%		6	-	200	1.534	-	-
Santander - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,50%		3	-	94	705	-	-
					384	-	13.047	56.562	-	-

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas-- Continuação

Moeda nacional		Consolidado						
		30/06/2011						
Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Dívida				Custo de transação a	
			Encargos Circulante	Encargos não circ.	Principal circulante	Principal não circ.	Circulante	Não circulante
Empréstimos e financiamentos:								
Arrend. mercantil (Safra, Itaú e BB) - Alupar	2013	Juros de 8,73%	-	-	111	59	-	-
Banco do Brasil - TME (*)	2025	TJLP + 10,00%	499	-	-	36.800	-	-
Banco do Brasil - TME (*)	2011	CDI + 2,55%	25	-	23.000	-	-	-
Bando do Brasil - STN	2020	Juros de 4,5%	35	-	-	3.744	-	-
BDMG - Transirapé	2020	Juros de 4,50%	7	-	76	741	-	-
BDMG - Transleste	2025	Juros de 9,50%	184	-	2.553	32.327	-	-
BDMG - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,50%	16	-	470	3.293	-	-
BDMG (FINAME) - Transirapé	2021	TJLP + 4,50%	35	-	1.041	7.461	-	-
BNB - STN	2024	Juros de 10,00%	99	-	14.706	221.013	-	-
BNB - Transleste	2025	Juros de 9,50%	57	-	831	10.464	-	-
BNDES - EBTE	2025	TJLP + 2,56%	1.574	-	10.962	141.593	-	-
BNDES - ERTE	2015	TJLP + 5,50%	84	-	4.458	14.860	-	-
BNDES - ETEP	2015	TJLP + 5%	-	-	19	54	-	-
BNDES - ETEP	2015	ICPM + 13%	334	-	2.081	5.549	-	-
BNDES - ETES	2023	TJLP + 2,37% e 2,38%	169	-	2.301	25.883	-	-
BNDES - ETES	2019	Juros de 4,5%	179	-	1.508	11.059	-	-
BNDES - Foz	2027	TJLP + 3,17%	3.016	44.480	12.062	177.919	-	-
BNDES - IUÍ	2027	TJLP + 3,17%	1.475	33.933	7.025	161.576	-	-
BNDES - Lavrinhas	2024	TJPL + 1,93% a 2,22	1.199	15.383	9.256	118.789	-	-
BNDES - Lumitrans	2022	TJLP + 4,55%	139	-	3.384	31.587	-	-
BNDES - Lumitrans	2022	TJLP + 4,55%	2	-	280	2.767	-	-
BNDES - Quehuz	2024	TJPL + 1,93% a 2,22	892	11.221	10.283	129.397	-	-
BNDES - STC	2022	TJLP + 2,41%	138	-	3.769	37.061	-	-
BNDES - STC	2014	TJLP + 3,9%	8	-	755	1.321	-	-
BNDES - Transirapé	2019	TJLP + 4,00%	36	-	1.084	7.770	-	-
BNDES - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,00%	16	-	490	3.430	-	-
BNDES (FINAME) - EBTE	2019	Juros de 4,0%	134	-	2.889	21.429	-	-
FINEP - Alupar	2018	Juros de 8,00%	120	-	3.302	34.188	-	336
Itaú BBA - Lavrinhas	2011	128,00% a 129,75% do CDI	321	-	12.500	-	-	-
Itaú BBA - Quehuz	2011	127,5% a 128,00% do CDI	391	-	18.000	-	-	-
Santander - Transirapé	2019	TJLP + 4,50%	35	-	1.041	7.461	-	-
Santander - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,50%	16	-	470	3.293	-	-
Unibanco - Lumitrans	2021	ICPM + 9,85%	1.280	-	989	9.892	-	-
UNIBANCO - STC	2022	TJLP + 2,41%	188	-	5.144	50.585	-	-
			12.703	105.017	156.840	1.313.365	-	336
Debêntures:								
1ª Emissão - Alupar	2011	118% CDI	130	-	48.455	-	-	20
2ª Emissão - Alupar	2014	CDI+1,9% e IPCA+8,95%	2.233	1.825	76.643	173.358	-	2.418
3ª Emissão - Alupar	2015	CDI + 1,85%	395	-	-	150.000	-	1.354
HSBC Corretora de Títulos - EATE	2016	CDI + 1,30%	13.260	-	65.455	294.545	549	906
HSBC Corretora de Títulos - ENTE	2016	CDI + 1,30%	6.999	-	34.545	155.455	315	517
HSBC Corretora de Títulos - ECTE (*)	2016	CDI + 1,30%	1.105	-	5.456	24.552	58	96
			24.122	1.825	230.554	797.910	922	5.311
			36.825	106.842	387.394	2.111.275	922	5.647

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais)

11. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas-- Continuação

Moeda nacional		Consolidado						Custo de transação a	
		31/12/2010							
Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Dívida				Circulante	Não circulante	
			Encargos Circulante	Encargos não circ.	Principal circulante	Principal não circ.			
Empréstimos e financiamentos:									
Arrendamento mercantil (Safra, Itaú e Banco do Br	2013	Juros de 8,73%	-	-	186	102	-	-	
Banco do Brasil - ECTE (*)	2014	TJLP + 5,00%	12	-	587	1.983	-	-	
Banco Industrial - ECTE (*)	2014	TJLP + 5,00%	4	-	222	631	-	-	
Banco do Brasil - STN	2020	Juros de 4,5%	35	-	-	3.744	-	-	
BDMG - Transirapé	2020	Juros de 4,50%	40	-	1.041	7.981	-	-	
BDMG - Transleste	2025	Juros de 9,50%	201	-	2.552	33.601	-	-	
BDMG - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,50%	18	-	470	3.528	-	-	
BNB - STN	2024	Juros de 10,00%	154	-	10.485	228.366	-	-	
BNB - Transleste	2025	Juros de 9,50%	62	-	788	10.904	-	-	
BNDES - EATE	2015	TJLP + 5,00%	926	-	39.852	159.407	-	-	
BNDES - EATE	2016	IGPM + 13,00%	472	-	9.071	37.040	-	-	
BNDES - EATE	2015	URTIJLP + 1,88%	32	-	1.873	7.492	-	-	
BNDES - EATE	2005	Juros de 4,50%	16	-	1.649	6.596	-	-	
BNDES - EBTE	2025	TJLP + 2,56%	539	-	10.589	136.767	-	-	
BNDES - ECTE (*)	2014	TJLP + 5,00%	24	-	1.338	3.904	-	-	
BNDES - ECTE (*)	2014	IGPM+12,00%	32	-	1.576	4.597	-	-	
BNDES - ENTE	2015	TJLP + 5,50%	604	-	27.625	108.196	-	-	
BNDES - ERTE	2015	TJLP + 5,50%	100	-	4.458	17.088	-	-	
BNDES - ETEP	2015	IGPM + 13,00%	853	-	1.870	5.921	-	-	
BNDES - ETEP	2015	TJLP + 5,00%	178	-	9.163	29.016	-	-	
BNDES - ETES	2023	TJLP + 2,37% e 2,38%	153	-	2.278	27.037	-	-	
BNDES - ETES	2019	Juros de 4,5%	127	-	1.581	11.623	-	-	
BNDES - Foz	2027	TJLP + 3,17%	1.761	35.820	9.466	192.468	-	-	
BNDES - Ijuí	2027	TJLP + 3,17%	416	26.189	2.634	165.967	-	-	
BNDES - Lavrinhas	2024	TJPL + 1,93% a 2,22	1.048	13.626	9.016	117.204	-	-	
BNDES - Lumitrans	2022	TJLP + 4,55%	154	-	3.383	33.201	-	-	
BNDES - Lumitrans	2022	TJLP + 4,55%	10	-	281	2.907	-	-	
BNDES - Queluz	2024	TJPL + 1,93% a 2,22	2.729	35.474	8.370	108.813	-	-	
BNDES - STC	2022	TJLP + 2,41%	153	-	3.769	38.945	-	-	
BNDES - STC	2014	TJLP + 3,90%	10	-	755	1.698	-	-	
BNDES - Transirapé	2019	TJLP + 4,00%	40	-	1.084	8.312	-	-	
BNDES - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,00%	18	-	470	3.528	-	-	
BNDES (FINAME) - EBTE	2019	Juros de 4,00%	47	-	2.677	21.194	-	-	
BRDE - ECTE (*)	2014	TJLP + 5,00%	12	-	668	1.892	-	-	
FINEP - Alupar	2018	Juros de 8,00%	84	-	1.163	22.391	-	215	
Itaú BBA - Lavrinhas	2011	130,00% a 132,00% CDI	166	-	6.000	-	-	-	
Itaú BBA - Queluz	2011	130,00% a 134,00% CDI	595	-	15.000	-	-	-	
Santander - Transirapé	2019	TJLP + 4,50%	40	-	1.041	7.982	-	-	
Santander - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,50%	18	-	490	3.674	-	-	
Unibanco - ECTE (*)	2014	TJLP + 5,00%	12	-	667	1.891	-	-	
Unibanco - Lumitrans	2021	IGPM + 9,85%	268	-	989	9.892	-	-	
UNIBANCO - STC	2022	TJLP + 2,41%	210	-	5.144	53.158	-	-	
			12.373	111.109	202.321	1.640.641	-	215	
Debêntures:									
1ª Emissão - Alupar	2011	118% do CDI	1.584	-	75.000	-	-	50	
2ª Emissão - Alupar	2014	CDI+1,9% e IPCA+8,95%	1.407	1.058	76.643	173.358	-	2.764	
3ª Emissão - Alupar	2015	CDI + 1,85%	498	-	-	150.000	-	1.502	
			3.489	1.058	151.643	323.358	-	4.316	
			15.862	112.167	353.964	1.963.999	-	4.531	

(*) O valor deste contrato está ajustado pela parcela de participação da controladora na controlada em conjunto.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas-- Continuação

Todos os recursos obtidos com os empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

A Administração da Companhia e suas controladas mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa. Em 30 de junho de 2011, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia e suas controladas. As cláusulas restritivas são relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA.

As debêntures da Companhia e de suas controladas não são conversíveis e possuem características de dívida e não patrimonial.

Em 30 de junho de 2011 alguns empréstimos e financiamentos possuíam garantias depositadas, no montante de R\$ 25.788.

As características dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e das controladas estão detalhados abaixo:

Debêntures

Debêntures – Alupar - 1ª Emissão – emissão em agosto de 2009 de R\$45.000 em debêntures no mercado local, sendo emitidas em 4 séries. A remuneração das debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da data de emissão da debênture de cada uma das séries, equivalente a 118,0% (cento e dezoito por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia. As debêntures contam com a garantia fidejussória da Guarupart Participações Ltda. (“Garantidora”). As debêntures de cada uma das séries da 1ª emissão terão as seguintes datas de vencimento finais:

- (i) As Debêntures da 1ª Série vencerão em 27 de outubro de 2011;
- (ii) As Debêntures da 2ª Série vencerão em 24 de outubro de 2011;
- (iii) As Debêntures da 3ª Série vencerão em 24 de outubro de 2011; e
- (iv) As Debêntures da 4ª Série vencerão em 27 de setembro de 2011.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas-- Continuação

Debêntures--Continuação

Debêntures – Alupar - 2ª Emissão – emissão em dezembro de 2009 de R\$250.000 em debêntures no mercado local, sendo emitidas em 2 séries. As debêntures da 1ª série terão prazo de vencimento de 4 anos a contar da data de emissão, sendo que a amortização ocorrerá em 03 (três) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2011, a segunda com vencimento em 15 de dezembro de 2012 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2013. As debêntures da 2ª série terão prazo de vencimento 5 anos a contar da data de emissão, sendo que a amortização ocorrerá em 03 (três) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2012, a segunda com vencimento em 15 de dezembro de 2013 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2014.

As debêntures da 1ª série farão jus a uma remuneração anual correspondente a variação do CDI + 1,90% . As debêntures da 2ª série farão jus a uma remuneração anual de 8,95%. O pagamento da remuneração da 1ª série será feito semestralmente, a partir da data de emissão. O pagamento da remuneração da 2ª série será feito anualmente, a partir da data de emissão.

Debêntures – Alupar - 3ª Emissão – emissão em dezembro de 2010 de R\$150.000 em debêntures no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. A amortização das debêntures será realizada em 2 parcelas, sendo 50% em dezembro de 2014, e o saldo remanescente na data de vencimento, que será em dezembro de 2015. As debêntures renderão juros correspondentes a variação do CDI + 1,85% ao ano, com vencimento semestral.

Debêntures – EATE - 1ª Emissão – emissão em março de 2011 de R\$360.000 em debêntures no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures serão amortizadas em 55 parcelas mensais, com carência de 5 meses a partir da data de emissão, e serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 1,30% ao ano, com vencimento final em março de 2016.

Debêntures – ENTE - 1ª Emissão – emissão em março de 2011 de R\$190.000 em debêntures no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures serão amortizadas em 55 parcelas mensais, com carência de 5 meses a partir da data de emissão, e serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 1,30% ao ano, com vencimento final em março de 2016.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas-- Continuação

Debêntures--Continuação

Debêntures – ECTE - 1ª Emissão – emissão em março de 2011 de R\$75.000 em debêntures no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures serão amortizadas em 55 parcelas mensais, com carência de 5 meses a partir da data de emissão, e serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 1,30% ao ano, com vencimento final em março de 2016.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos correspondem aos recursos captados pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto e estão sujeitos aos seguintes encargos:

Moeda nacional: Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a atualização pela taxa de juros de longo prazo (TJLP), pelo índice geral de preços do mercado (IGPM) ou pelo certificado de depósito interfinanceiro (CDI), conforme o caso, com spread de 1,7% a 3,3% ao ano sobre o saldo devedor.

Moeda estrangeira: Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira correspondem aos recursos captados pela Companhia e suas controladas, conforme a seguir:

Controlada ETEM: Empréstimo captado no Banco Itaú BBA em março de 2011 com vencimento em agosto de 2011 no montante de R\$36.000, Este empréstimo será liquidado em parcela única parcela na data do vencimento, sendo atualizado pela taxa de 131% do CDI + 5,8% ao ano.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas-- Continuação

Empréstimos e financiamentos--Continuação

Controlada Transirapé: O saldo devedor será atualizado diariamente a partir da data de liberação e pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre recursos captados pelo BNDES, em moeda estrangeira, a taxa de 4,5% ao ano, acima da taxa variável capitalizados nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, durante o prazo de carência e exigíveis mensalmente, a partir de 15 de setembro de 2007 para os contratos celebrados com o BDMG/Santander. O saldo devedor será atualizado diariamente a partir da data de liberação pelo BNDES e pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre recursos captados pelo BNDES, em moeda estrangeira, a taxa de 4,0% ao ano, acima da taxa variável reajustada trimestralmente no dia 16 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação deste recurso, no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros, calculados sobre o saldo devedor atualizado para o contrato celebrado com o BNDES. Os empréstimos e financiamentos serão pagos em 144 prestações mensais com vencimento final em 2019.

Controlada Transudeste: O saldo devedor será atualizado diariamente a partir da data de liberação e pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre recursos captados pelo BNDES, em moeda estrangeira, a taxa de 4,5% ao ano, acima da taxa variável capitalizados nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, durante o prazo de carência e exigíveis mensalmente, a partir de 15 de setembro de 2007 para os contratos celebrados com o BDMG/Santander. O saldo devedor será atualizado diariamente a partir da data de liberação pelo BNDES e pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre recursos captados pelo BNDES, em moeda estrangeira, a taxa de 4,0% ao ano, acima da taxa variável reajustada trimestralmente no dia 16 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação deste recurso, no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros, calculados sobre o saldo devedor atualizado para o contrato celebrado com o BNDES. Os empréstimos e financiamentos serão pagos em 142 prestações mensais com vencimento final em 2019.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais)

11. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas-- Continuação

Empréstimos e financiamentos--Continuação

Controlada Transleste: O Banco BDMG creditou a favor da controlada Transleste o valor de R\$ 12.971 equivalentes a US\$ 5.000.000, oriundo de recursos captados pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB em moeda estrangeira originários do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas no Nordeste do Brasil – PEM. Está sujeito a encargos de 5% ao ano acima da taxa variável definida com base na taxa de juros devida pelo BNB ao BID. Os juros serão calculados dia a dia pelo método hamburguês e tem vencimento em 31 de julho de 2005, 31 de janeiro de 2006, 31 de julho de 2006 e semestralmente juntamente com as prestações de principal durante o período de amortização. O principal será amortizado em 21 prestações semestrais e sucessivas, vencendo a primeira em janeiro de 2007 e a última em janeiro de 2017.

- c) Em 30 de junho de 2011, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos e debêntures, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Moeda estrangeira		Moeda nacional
	US\$ mil	R\$	R\$
2012	3.825	5.978	228.373
2013	7.655	11.956	332.020
2014	7.655	11.956	334.244
2015	2.431	3.796	325.541
2016	1.011	1.579	153.486
2017	772	1.207	180.861
Após 2017	852	1.333	657.945
	<u>24.201</u>	<u>37.805</u>	<u>2.212.470</u>

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

12. Provisões para litígios

A composição dos litígios é como segue:

	Quantidade de ações	Valor da causa	Consolidado			
			Passivo		Ativo	
			Provisões		Depósitos judiciais	
			30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Processos judiciais						
Fiscal (a)	65	11.962	-	673	2.282	2.217
Cível (b)	60	6.524	14	13	3.000	3.372
Fundiário (c)	391	13.065	2.201	2.037	5.111	2.937
Trabalhista (d)	89	10.190	288	184	741	75
Penal	4	-	-	-	-	-
Processos arbitral (e)						
	1	25.000	-	-	-	-
Processos administrativos						
Regulatório (ANEEL)			-	-	-	-
Fiscal	13	-	-	-	-	-
Ambiental (f)	68	63.335	-	-	-	-
	691	130.076	2.503	2.907	11.134	8.601
Circulante			302	1.452	7	417
Não circulante			2.201	1.455	11.127	8.184
			2.503	2.907	11.134	8.601

As controladas da Companhia são partes em processos administrativos e judiciais envolvendo tributos, obrigações trabalhistas, questões fundiárias, responsabilidade civil e ainda em processos administrativos referentes a obrigações fiscais e outros encargos impostos por agências governamentais, inclusive a ANEEL. Existe ainda um procedimento arbitral em andamento.

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos valores efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e no julgamento de nossa administração, sendo que somente são provisionados os valores relativos aos processos que entendemos ser de perda provável.

Em virtude da obrigatoriedade de depósito como garantia futura para o pagamento de causa judicial perdida, os valores da provisão para contingência tem valor menor que o depósito judicial, considerando que nesta provisão foram considerados os processos com "Perda Provável".

Apresentamos a seguir uma breve descrição dos processos em que as controladas da Companhia figuram como parte, de acordo com sua natureza:

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

12. Provisões para litígios--Continuação

- a) Fiscal: Dentre os processos que versam sobre matéria tributária, as controladas da Companhia acreditam que merecem destaque os seguintes casos:

A controlada ENTE foi autuada pelas Secretarias da Fazenda dos Estados do Pará e do Maranhão, ambos em razão de suposto não recolhimento de diferencial de alíquota de ICMS, devido nas aquisições interestaduais de mercadorias destinadas ao seu ativo permanente, no período de março de 2004 a junho de 2005, no Pará, e de março de 2004 a dezembro de 2004, no Maranhão. As defesas administrativas apresentadas nos casos já foram julgadas parcialmente favoráveis à nossa controlada sendo que, no Maranhão, foi interposto recurso voluntário, o qual está pendente de julgamento; no Pará também foi interposto recurso voluntário, o qual foi julgado improvido, tendo sido interposto contra essa decisão recurso de revisão, que foi indeferido liminarmente. Atualmente aguarda-se inscrição deste débito em Dívida Ativa. Impetrado Mandado de Segurança nº 028.2009.1.904120-8 (09.09.2009).

- b) Cível: Dentre os processos que versam sobre matéria cível, as controladas Companhia acreditam que merecem destaque o Interdito proibitório movido pela Conpasul em face da nossa controlada Ijuí, em trâmite perante a comarca de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul, estando pendente de julgamento. De acordo com os advogados responsáveis pela causa a expectativa de perda é possível.

Dentro destas ações cíveis destacamos as seguintes: i) A primeira delas é movida Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Alupar, da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e do IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) do Amapá e do Secretário do Estado do meio ambiente do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais. Foi proferido o despacho determinando a notificação da ANEEL para que, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, ofereça um pronunciamento em face do pedido de medida liminar formulado pelos autores, tendo a Aneel requerido o indeferimento do pedido de medida liminar. O Município de Cutias requereu o seu ingresso na presente demanda, na qualidade de litisconsorte ativo e concordou com a pretensão formulada pelos autores. Foi admitido o ingresso aos autos do Município de Cutias, na qualidade de litisconsorte ativo. A Alupar já apresentou contestação e atualmente aguarda-se a apresentação da contestação pelos co-réus e a realização da audiência de conciliação designada para o dia 18.02.2011. Em 10.12.2010 protocolizamos contestação.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

12. Provisões para litígios--Continuação

b) Cível:--Continuação

Em 18.02.2011 foi realizada audiência de conciliação, sendo certo que a mesma restou infrutífera. Em 21.02.2011 foi proferida decisão: (i) deferindo a juntada de memória de reunião pela Procuradoria Federal, representando o Instituto Chico Mendes (ICMBIO); (ii) deferindo o ingresso no pólo passivo do feito pela União Federal, pelo Estado do Amapá e pelo Instituto Chico Mendes (ICMBIO); (iii) determinando a retificação na autuação do feito; (iv) deferindo pedido de vista do feito ao Município de Cutias, por 48 horas; (v) determinando a notificação da União Federal, do Estado do Amapá e do Instituto Chico Mendes (ICMBIO) para manifestação, em 72 horas; e (vi) determinando a remessa dos autos à conclusão para a apreciação do pedido de tutela antecipada, após o decurso dos prazos acima. 21.02.2011 – Apresentada contestação pela Procuradoria Federal. 24.02.2011 – Apresentada manifestação pelo Município de Cutias. Em 28.03.2011 foi apresentada manifestação pela União Federal. Aguardando a decisão sobre o pedido liminar. ii) A segunda delas é movida pelo Ministério Público Federal e tramita perante a Comarca de Fortaleza, no estado do Ceará. A referida ação discute supostos atos de improbidade administrativa, envolvendo financiamentos obtidos perante o Banco do Nordeste do Brasil S.A. Foram apresentadas as contestações dos réus (STN e outros). Por meio de decisão liminar, o juízo autorizou a quebra do sigilo bancário e telefônico dos réus, determinando, ainda, o depósito em juízo, pela STN, de 6.000. Contra tal decisão foi interposto recurso cabível, parcialmente provido, para diminuir o valor a ser depositado para 3.000. A questão teve de ser discutida em sede de Recurso Especial proposto pela STN, a qual já efetuou o depósito do valor. Destaca-se, ainda, que embora a decisão liminar tenha previsto que se não fosse feito o depósito do valor determinado seria decretada a indisponibilidade dos bens dos réus, ante o depósito efetuado, não houve qualquer repercussão para a STN e nem para os demais réus. Foi realizada a perícia contábil e atualmente os autos encontram-se conclusos para prolação de decisão. Feito em curso e em fase de instrução. Houve ordem judicial de depósito preventivo na quantia de 2.999. Foi impetrado Recurso Especial para o STJ para revisão da determinação judicial para realização de depósito. Tal RE ainda não julgado.

- c) Fundiária: De uma maneira geral, os processos de natureza fundiária envolvem discussões acerca de pedidos de constituição de servidão administrativa e desapropriações.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais)

12. Provisões para litígios--Continuação

- d) Trabalhista: De uma maneira geral, o objeto destes processos refere-se ao pagamento de horas extras. Os montantes relativos a créditos classificados com chances de perda provável estão devidamente provisionados no balanço da empresa.
- e) Arbitragem: Conforme consta do Termo de Arbitragem, a controvérsia decorre da divergência entre as partes no que diz respeito ao cumprimento do Contrato de Empreitada, firmado em 02/10/2007, entre a Ijuí Energia S.A. e a CONPASUL – Construção e Serviços Ltda., que teve por objeto “a execução, no regime de empreitada total, a PREÇO global e prazo determinado, das OBRAS CIVIS necessárias à plena e satisfatória implantação da UHE São José, localizada no Rio Ijuí, município de Salvador das Missões (margem direita) e Rolador (margem esquerda) no Estado do Rio Grande do Sul, incluindo as obras de desvio do rio, as obras da barragem, as obras civis do sistema de geração, as obras civis do vertedouro, as obras civis de interconexão com a subestação, isto é, entre casa de força e subestação da UHE, as obras civis da subestação, incluindo o fornecimento de equipamentos de construção e fornecimentos dos materiais dentre eles o estabelecido na cláusula 25ª. e tudo mais necessário para a perfeita conclusão de todos os serviços de obras civis e serviços estabelecidos no ANEXO I - PROJETO BÁSICO e no ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS OBRAS CIVIS”.
- f) Ambiental: As controladas da Companhia não figuram como parte nenhum processo judicial e apenas 01 (um) processo administrativo perante o Ministério Público que versa sobre matéria ambiental. O processo administrativo ambiental, que envolve os danos ambientais decorrentes do desvio de uma linha de transmissão instalada pela Companhia no Estado do Rio Grande do Sul e por danos ambientais causados pela construção de linha de transmissão da ECTE, se encontra em fase de encerramento uma vez que as partes envolvidas assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (“TAC”), o qual está pendente de homologação.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais)

13. Patrimônio líquido

Capital autorizado

Nos termos do artigo 8º do seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, até o limite de 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações. Compete, igualmente, ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização.

Dentro do limite de capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle.

Ademais, os acionistas da Companhia possuem direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias. Este direito de preferência poderá, no entanto, a critério do Conselho de Administração, ser excluído ou ter seu prazo para exercício reduzido, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite do capital autorizado.”

Capital social

O capital social da Companhia no valor total de R\$ 804.001, está representado por 163.910.000 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 30 de junho de 2011 é a seguinte:

Acionistas	Capital integralizado	Participação %
Guarupart Participações Ltda	134.666.992	82,15
FI - FGTS	29.242.996	17,84
Membros do Conselho de Administração	12	-
	<u>163.910.000</u>	<u>100,00</u>

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

13. Patrimônio líquido--Continuação

Reserva de capital

Durante o primeiro semestre de 2011, a Companhia efetuou a compra de 20.632.329 ações preferências da controlada EATE e que eram de titularidade da Eletrobrás. Esta aquisição foi efetuada pelo montante de R\$4.790, gerando um ganho de capital para a Companhia no montante de R\$86.821. Este ganho de capital foi registrado no patrimônio líquido na rubrica de reserva de capital (vide nota nº 7).

Dividendo obrigatório

De acordo com o artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão de direito de receber como dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, acrescido ou diminuído dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição de reserva legal; b) importância destinada à constituição de reserva para contingência e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

14. Resultado por ação

Resultado por Ação

Os dados de lucro por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações.

A tabela a seguir apresenta o resultado por ação da Companhia para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2011 e 2010:

	30/06/2011	30/06/2010
Numerador:		
Lucro líquido do período	96.992	87.174
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	163.910	163.910
Lucro por ação		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	0,592	0,532

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

15. Receita operacional líquida consolidada

	Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010
Receita Bruta		
Receita de transmissão de energia	47.500	40.987
Suprimento de energia	67.034	22.966
Remuneração do ativo de concessão	388.299	359.115
Receita de infra-estrutura	116.808	151.098
	<u>619.641</u>	<u>574.166</u>
Deduções		
PIS	(4.074)	(2.825)
COFINS	(16.119)	(11.456)
ICMS	(1.240)	-
Quota para reserva global de reversão - RGR	(9.624)	(9.513)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(3.867)	(3.527)
	<u>(34.924)</u>	<u>(27.321)</u>
Receita Operacional líquida	<u>584.717</u>	<u>546.845</u>

16. Receitas e despesas financeiras

	Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	27.093	26.167
Outros	9.767	2.258
Total	<u>36.860</u>	<u>28.425</u>
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(107.086)	(78.308)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(8.448)	-
Encargos sobre debêntures	113	-
Variação monetária sobre debêntures	-	(5.087)
Variação cambial	(102)	-
Outros	(3.312)	(1.947)
Total	<u>(118.835)</u>	<u>(85.342)</u>
Total Líquido	<u>(81.975)</u>	<u>(56.917)</u>

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

17. Partes relacionadas

Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Guarupart Participações Ltda.. A Companhia é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto exercer o controle de 17 empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil e 1 no Peru. A Alupar também detém os direitos de concessão de três UHEs e a autorização de duas PCHs, os detalhes destas controladas estão descritas na nota nº 1.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

17. Partes relacionadas--Continuação

Todas as transações forma realizadas nas condições usuais de mercado e podem ser assim demonstradas:

Parte relacionada / transação	Controladora	
	30/06/2011	31/12/2010
<u>Ativo circulante</u>	11.015	82.724
<u>Dividendos a receber</u>	9.868	63.662
Transminas Holding S.A.	-	2.363
Sistema de Transmissão Nordeste S/A-STN	-	7.902
Empresa Amazonense de Transmissão S/A-EATE	-	18.481
Empresa Norte de Transmissão S/A-ENTE	-	15.009
Empresa Regional de Transmissão S/A-ERTE	6.584	7.186
Empresa Paraense de Transmissão S/A-ETEP	-	4.307
Sistema de Transmissão Catarinense S/A-STC	1.036	1.256
Empresa Catarinense de Transmissão S/A-ECTE	-	5.052
Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica	1.032	890
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S/A	1.216	1.216
<u>Juros sobre capital próprio</u>	1.147	19.062
Empresa Amazonense de Transmissão S/A-EATE	-	6.938
Empresa Norte de Transmissão S/A-ENTE	-	6.998
Empresa Paraense de Transmissão S/A-ETEP	-	2.292
Empresa Catarinense de Transmissão S/A-ECTE	520	2.206
Sistema de Transmissão Catarinense S/A-STC	627	628
<u>Ativo não-circulante</u>	401.084	284.222
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>		
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S/A	-	6.086
Empresa Regional de Transmissão S/A-ERTE	3.324	1.350
Sistema de Transmissão Catarinense S/A-STC	7.000	7.000
Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica	3.500	3.500
Empresa de Transmissão de Várzea Grande S/A-ETVG	1.500	-
Foz do Rio Claro Energia S/A	84.420	66.380
Ijuí Energia S.A.	204.766	163.316
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	8.886	8.886
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	15.384	14.384
Ferreira Gomes Energia S.A.	71.500	13.320
Alupar Inversiones Peru	804	-

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

17. Partes relacionadas--Continuação

Garantias

As transações de garantias entre as empresas do grupo estão relacionadas abaixo:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 30/06/2011
01/12/09	Reunião de Sócios	Alupar	Guarupat	Financiamento - FINET	Fiança	72.841	17/12/09	15/05/18	37.274
23/12/09	Conselho de Administração	EATE	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	19.957	29/12/09	15/12/15	-
23/12/09	Conselho de Administração	EBTE	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	165.150	28/12/09	15/11/24	178.581
16/03/09	Conselho de Administração	ETES	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	27.714	04/05/09	15/09/23	24.902
22/12/09	Conselho de Administração	ETES	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	17.338	29/12/09	15/10/19	12.745
11/02/08	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	201.630	09/04/08	15/03/27	239.419
11/02/08	Conselho de Administração	Ijuí	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	168.200	09/04/08	15/09/2027	204.010
01/02/08	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	111.185	11/03/09	15/08/24	144.627
01/02/08	Conselho de Administração	Quechuz	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	114.647	11/03/09	15/06/24	151.793
15/12/08	Conselho de Administração	Quechuz	Alupar	Emprestimos Ponte	Prestação de aval em CCB	3.638	21/07/08	28/08/11	3.096
25/10/10	Conselho de Administração	Quechuz	Alupar	Emprestimos Ponte	Prestação de aval em CCB	4.690	30/08/10	24/10/11	4.619
25/10/10	Conselho de Administração	Quechuz	Alupar	Emprestimos Ponte	Prestação de aval em CCB	3.094	30/09/10	31/10/11	3.074
25/10/10	Conselho de Administração	Quechuz	Alupar	Emprestimos Ponte	Prestação de aval em CCB	5.126	08/04/11	28/10/11	5.602
25/10/10	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Emprestimos Ponte	Prestação de aval em CCB	4.108	15/09/10	12/12/11	4.074
15/12/08	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Emprestimos Ponte	Prestação de aval em CCB	2.069	23/12/10	16/12/11	2.056
25/10/10	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Emprestimos Ponte	Prestação de aval em CCB	2.057	07/02/11	14/12/11	2.043
25/10/10	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Emprestimos Ponte	Prestação de aval em CCB	4.679	06/04/11	15/12/11	4.648
04/12/07	Conselho de Administração	STC	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	124.471	28/12/07	15/04/22	96.885
15/12/08	Assembleia Geral	STN	Alupar	Financiamento - BNH	Rouficação do Penhor de ações, haja vista que estas passaram a ser de propriedade da Alupar a partir de 26.09.2007	299.992	25/06/04	25/06/24	235.818
19/03/10	Diretoria	STN	Alupar	Contrato de abertura de crédito fixo	Crédito para aquisição de reatores, com utilização de recursos do FINAME	4.992	19/03/10	15/03/20	3.779
11/05/11	Conselho de Administração	TME	Alupar	Cédula de Crédito Bancário	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	50.000	02/06/11	27/11/11	50.054
13/07/10	Diretoria	Transirapé	Alupar	Cédula de Crédito Bancário	Prestação de aval para compra de ativos através de recursos do FINAME	1.187	30/06/10	15/07/20(*)	-
14/03/11	Conselho de Administração	ETEM	Alupar	Loan Agreement	Prestação de aval para contrato de financiamento, na proporção de 60%	36.000	25/02/11	24/08/11	37.713
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057000 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	972	09/03/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020056900 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	715	15/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057200 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	457	15/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411030052800 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	543	09/03/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
28/03/11	Conselho de Administração	Genpower	Alupar	Contrato de Compra e Venda de Gás Natural Para Geração Termelétrica	Declaração de Fiança	O valor estimado do Contrato será dado pela aplicação de uma fórmula.	19/04/11	28/02/34	Aditivo Contratual nº 1 alterando a data do contrato para 31/12/2033.
13/06/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento	Prestação de Garantias (Fiança)	152.910	05/05/11	01/04/13	-
13/06/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Contrato de Abertura De Linha de Crédito Para Celebração de Operações de Mútuo Banco Sumitomo	Prestação de Garantias (Aval)	29.400	14/07/11	14/11/11	-

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

17. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas devem divulgar a remuneração de sua alta administração.

De acordo com o nosso Estatuto Social, é de responsabilidade da Assembléia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, assim como dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, em decorrência do exercício de suas funções. Cabendo ao Conselho de Administração a definição da distribuição da remuneração aos seus membros e aos membros da Diretoria. A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas. A política de remuneração da Companhia manteve-se consistente nos últimos três exercícios sociais.

Na Assembléia Geral realizada em 29 de abril de 2011, os acionistas da Companhia aprovaram o valor de até R\$6.300 para remuneração global dos membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria para o exercício de 2011/2012.

18. Instrumentos financeiros

18.1 Considerações gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia e suas controladas limitam os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade na rubrica dos seguintes instrumentos financeiros:

- a) Caixa e equivalentes de caixa;
- b) Contas a receber de clientes;
- c) Partes relacionadas – contas a receber;
- d) Ativo financeiro ICPC01;
- e) Cauções e depósitos judiciais;
- f) Títulos e valores mobiliários;
- g) Fornecedores;

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

18.1 Considerações gerais--Continuação

- h) Empréstimos e financiamentos - incluem encargos de dívida;
- i) Debêntures; e
- j) Partes relacionadas – contas a pagar.

18.2 Valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

	Consolidado			
	30/06/2011		31/12/2010	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Aplicações Financeiras (Caixa e equivalentes de caixa)	393.502	393.502	488.225	488.225
Contas a receber de clientes	101.650	101.650	88.738	88.738
Ativo financeiro da concessão	3.765.246	3.765.246	3.600.062	3.600.062
Cauções e depósitos judiciais	11.075	11.075	8.601	8.601
Títulos e valores mobiliários	56.724	56.724	77.362	77.362
	<u>4.328.197</u>	<u>4.328.197</u>	<u>4.262.988</u>	<u>4.262.988</u>
Passivo				
Fornecedores	41.887	41.887	51.778	51.778
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	1.695.058	1.695.058	2.036.453	2.036.453
Debêntures	1.028.464	1.028.464	475.001	475.001
	<u>2.765.409</u>	<u>2.765.409</u>	<u>2.563.232</u>	<u>2.563.232</u>

Mensuração do valor justo, a Companhia e suas controladas classificam e divulgam os instrumentos financeiros da seguinte forma:

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II– outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III– técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Técnicas de Nível II são utilizadas na mensuração de todos os investimentos de curto prazo e empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e de suas controladas. O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

18.3 Instrumentos financeiros por categoria (saldos contábeis)

Consolidado		
30/06/2011		
Ativos/Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativo		
Aplicações Financeiras (Caixa e equivalentes de caixa)	393.502	393.502
Contas a receber de clientes	101.650	101.650
Ativo financeiro da concessão	3.765.246	3.765.246
Cauções e depósitos judiciais	11.075	11.075
Títulos e valores mobiliários	56.724	56.724
	<u>393.502</u>	<u>4.328.197</u>
Passivo		
Fornecedores	41.887	41.887
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	1.695.058	1.695.058
Debêntures - incluem encargos	1.028.464	1.028.464
	<u>-</u>	<u>2.765.409</u>

Consolidado		
31/12/2010		
Ativos/Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativo		
Aplicações Financeiras (Caixa e equivalentes de caixa)	488.225	488.225
Contas a receber de clientes	88.738	88.738
Ativo financeiro da concessão	3.600.062	3.600.062
Cauções e depósitos judiciais	8.601	8.601
Títulos e valores mobiliários	77.362	77.362
	<u>488.225</u>	<u>4.262.988</u>
Passivo		
Fornecedores	51.778	51.778
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	2.036.453	2.036.453
Debêntures - incluem encargos	475.001	475.001
	<u>-</u>	<u>2.563.232</u>

18.4 Informações sobre liquidez

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. Todos os contratos de derivativos são com operações de Contratos a Termo de Moeda sem Liquidação Física (NDF), todas registradas na CETIP. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da companhia.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

18.4 Informações sobre liquidez--Continuação

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu um Comitê de Finanças, Auditoria e Partes Relacionadas, que é responsável pelo desenvolvimento e monitoramento das políticas de administração de risco e tem feito isto por meio da identificação das exposições e correlações entre os diferentes fatores de risco.

As políticas de administração de risco da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto. Os contratos de swap em aberto em 30 de junho de 2011 são:

	SWAP cambial	
Instituição	Banco Itaú BBA S.A.	Banco Itaú BBA S.A.
Controlada	ETEM	ETEM
Vencimento	30/08/2011	30/08/2011
Passivo Etem	131,0% CDI	131,0% CDI
Passivo Itaú	US\$ + 5,8% a.a.	US\$ + 5,8% a.a.
Valor nocional	14.400	21.600
Passivo Etem	685	1.028
Passivo Itaú	(603)	(904)
Valor a (receber) / pagar	<u>82</u>	<u>124</u>

18.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo - consolidados

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia e as controladas estavam expostas na data base de 30 de junho de 2011, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 24 de junho de 2011, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

18.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros-- Continuação

Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo - consolidados-- Continuação

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2011 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Consolidado	30/06/2011					
Aplicações Financeiras (Caixa e equivalentes de caixa)	393.502					
	Indexador	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
	CDI	6	9	12,50	16	19

Operação	Indexador	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações Financeiras (Caixa e equivalentes de caixa)	CDI	24.594	36.891	49.188	61.485	73.782

Análise de sensibilidade das dívidas - consolidada

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas as quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 30 de junho de 2011, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 24 de junho de 2011, foi extraída a projeção dos indexadores CDI / IGP-DI / IGP-M / DOLAR e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2010, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

18.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros-- Continuação

Análise de sensibilidade das dívidas - consolidada--Continuação

Taxa de Juros a.a.	Posição em 30.6.2011 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Alupar - consolidado						
CDI						
CDI + 1.30%	580.008	6,25%	9,38%	12,50%	15,63%	18,75%
CDI + 1.85%	150.000	44.262	62.623	80.984	99.344	117.705
CDI + 1.90%	232.250	12.323	17.098	21.872	26.646	31.420
CDI + 2.00%	48.455	19.204	26.600	33.996	41.391	48.787
CDI + 2.55%	23.000	4.058	5.603	7.147	8.692	10.236
CDI + 3.11%	18.000	2.061	2.798	3.535	4.272	5.009
CDI + 3.31%	12.500	1.720	2.300	2.880	3.460	4.040
CDI + 3.31%	12.500	1.221	1.624	2.028	2.432	2.835
IPCA						
IPCA + 8.95%	17.751	2,72%	4,07%	5,43%	6,79%	8,15%
IPCA + 8.95%	17.751	2.114	2.376	2.639	2.901	3.164
MOEDA ESTRANGEIRA - US\$						
Var. do US\$ + 4.00%	2.294	0,81	1,21	1,61	2,01	2,42
Var. do US\$ + 4.50%	4.458	(1.185)	(585)	15	615	1.215
Var. do US\$ + 5.00%	40.357	(2.315)	(1.143)	29	1.201	2.373
Var. do US\$ + 5.50%	2.643	(21.055)	(10.395)	265	10.925	21.585
Var. do US\$ + 5.80%	36.000	(1.385)	(684)	17	719	1.420
Var. do US\$ + 5.80%	36.000	(18.925)	(9.343)	238	9.820	19.401
IGP-M						
IGP-M + 9.85%	10.881	2,75%	4,13%	5,50%	6,88%	8,25%
IGP-M + 13.00%	7.630	1.400	1.565	1.729	1.894	2.058
IGP-M + 13.00%	7.630	1.229	1.348	1.466	1.585	1.703
TJLP						
TJLP + 2.22%	267.725	3,13%	4,69%	6,25%	7,81%	9,38%
TJLP + 2.37%	28.184	14.496	18.772	23.048	27.324	31.600
TJLP + 2.41%	96.559	1.570	2.020	2.471	2.922	3.373
TJLP + 2.56%	152.555	5.417	6.962	8.507	10.053	11.598
TJLP + 3.17%	358.582	8.795	11.239	13.684	16.129	18.574
TJLP + 3.90%	2.076	22.928	28.708	34.489	40.269	46.050
TJLP + 4.00%	12.774	148	182	216	249	283
TJLP + 4.50%	24.530	926	1.134	1.341	1.549	1.756
TJLP + 4.55%	38.018	1.905	2.305	2.706	3.106	3.507
TJLP + 5.00%	73	2.972	3.593	4.214	4.835	5.456
TJLP + 10.00%	36.800	6	7	8	10	11
TJLP + 5.50%	19.318	4.945	5.578	6.210	6.843	7.475
TJLP + 5.50%	19.318	1.699	2.018	2.336	2.655	2.973

(*) refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos.

18.6 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia e de suas controladas podem ser assim descritos:

18.6.1 Riscos de mercado

É o risco de que mudanças de mercado, como mudanças nas taxas de câmbio, nas taxas de juros e de preços irão afetar as receitas da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto ou o valor de seus instrumentos financeiros.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

18.6 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas--Continuação

18.6.2 Risco de taxas de câmbio

Os resultados da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são suscetíveis a variações cambiais significativas decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados em moeda estrangeira.

A construção de nossos empreendimentos podem ser afetados pela variação dos contratos de compra de materiais e equipamentos cujos preços são vinculados à moedas estrangeiras.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados à moedas estrangeiras.

A contratação de operações de instrumentos financeiros derivativos de Swap ou Contrato a Termo de Moedas sem Liquidação Física (NDF), tem por objetivo minimizar riscos em operações de empréstimos e financiamentos ou compra de materiais e equipamentos, cujos contratos possam sofrer as variações de moedas estrangeiras. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

18.6.3 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, podem ser controladas por operações de swap para travar o custo financeiro das operações.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

18.6 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas--Continuação

18.6.4 Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ser contratadas operações de swap para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

19. Informações por segmento

Os segmentos operacionais da Alupar consistem na atividade de transmissão e geração de energia.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais)

19. Informações por segmento--Continuação

Os custos e despesas operacionais estão apresentados de forma consolidada na tabela abaixo:

	Demonstração do Resultado Segregado por Atividade 30/06/2011				Total
	Transmissão	Geração	Holdíng	Eliminação	
Receita operacional líquida	598.396	60.724	-	(74.403)	584.717
Custo dos serviços prestados	(28.146)	(821)	-	-	(28.967)
Compra de Energia	-	(32.652)	-	-	(32.652)
Custo de construção	(169.436)	-	-	52.627	(116.809)
Depreciação / Amortização	(64)	(7.019)	-	19	(7.064)
	(197.646)	(40.492)	-	52.645	(185.493)
Lucro bruto	400.750	20.232	-	(21.758)	399.225
(Despesas) receitas operacionais					
Administrativas e gerais	(7.568)	(7.137)	(3.830)	599	(17.935)
Pessoal	(7.369)	(3.096)	(4.887)	188	(15.164)
Honorários da diretoria e conselho de administração	(1.474)	(494)	(3.194)	-	(5.162)
Encargos do Uso da Rede Elétrica (CUST)	-	(2.650)	-	-	(2.650)
Compensação Financ. pela Utiliz. de Recursos Hídricos	-	(1.289)	-	-	(1.289)
Utilização do Bem Público - UBP	-	(220)	-	-	(220)
Taxa de fiscalização - TFSEE	(1.577)	(39)	-	92	(1.524)
Despesas financeiras	(73.139)	(15.424)	(32.674)	2.401	(118.835)
Receitas financeiras	15.236	1.618	20.319	(313)	36.860
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	121.176	(121.176)	-
Outras receitas	6	13	103	-	122
Outras despesas	(2.136)	(1)	(21)	767	(1.391)
	(78.020)	(28.719)	96.992	(117.440)	(127.187)
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	322.730	(8.487)	96.992	(139.198)	272.037
Imposto de renda	(19.777)	(540)	-	3.135	(17.182)
Contribuição social	(20.617)	(292)	-	1.124	(19.784)
Imposto de renda diferido	(13.900)	-	-	1.485	(12.415)
Contribuição social diferidos	(4.351)	-	-	497	(3.854)
	(58.645)	(832)	-	6.241	(53.236)
Lucro antes da participação de não controladores	264.085	(9.319)	96.992	(132.956)	218.801
Participação de não controladores	(15.840)	-	-	(105.970)	(121.810)
Lucro Líquido do Período	248.245	(9.319)	96.992	(238.926)	96.992

20. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vales refeições e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

21. Compromissos

Acordo de acionistas

Conforme Acordo de Acionistas, datado de 23 de julho de 2001, a EATE se comprometia a recomprar a totalidade das 88.000.000 ações preferenciais, respectivamente, de seu acionista Eletrobrás no prazo máximo de 10 anos após o 24º mês do início da operação comercial da linha de transmissão.

Através dos Instrumentos Particulares de Cessão de Direitos e Obrigações entre a EATE, e Guarupart, incorporadora e sucessora da Companhia Técnica de Engenharia Elétrica, datados de 10 de abril de 2002 e 5 de dezembro de 2001, respectivamente, passou a obrigação de recompra das referidas ações para os acionistas.

A partir de 26 de setembro de 2007, o compromisso de recompra das ações da Eletrobrás, passou a ser da Companhia, uma vez que a Guarupart transferiu suas participações acionárias na EATE para a Companhia, mediante aumento de capital conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Durante o primeiro semestre de 2011, a Companhia concluiu a recompra das ações da EATE (vide nota nº 7).

Contrato de compra e venda de ações com condição suspensiva

A Companhia e a Guarupart firmaram, em 28 de dezembro de 2007, um contrato de compra e venda de ações com condições suspensivas que se baseia nos seguintes aspectos:

- A Guarupart Participações Ltda. (vendedora) é detentora de 6.324.000 ações ordinárias integralizadas, representando 51,0% do capital social da Transchile Charrua Transmisión S.A., sociedade válida e existente de acordo com as leis da República do Chile;
- A vendedora ainda fará novos aportes na Transchile até que a linha de transmissão entre em operação e, por sua vez, integralizará novas ações, que englobarão e farão parte do referido contrato de compra e venda;
- A vendedora deseja vender as ações para a Alupar (compradora), tão logo a Transchile entre em operação comercial, de acordo com os termos e condições estabelecidas no contrato;

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais)

21. Compromissos--Continuação

Contrato de compra e venda de ações com condição suspensiva--Continuação

- A transferência de ações está condicionada à aprovação do agente regulador da Transchile, qual seja, a Superintendência de Eletricidad y Combustibles (SEC) bem como de qualquer outro órgão com a competência na matéria e dos agentes financiadores do empreendimento; e
- O preço de compra das ações detidas pela vendedora, a ser pago pela Alupar, será o correspondente ao total do valor em Reais aportado como capital, corrigido pelo IGP-M/FGV pro rata die, desde a data de cada aporte, até a data do efetivo pagamento.

Opções de compra e venda de ações preferenciais das empresas Ijuí Energia S.A. e Foz do Rio Claro Energia S.A.

Em 5 de setembro de 2008, a Companhia celebrou com o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FI-FGTS"), um Acordo de Acionistas e Instrumentos de Opções de Compra e Venda de Ações, os quais prevêem o ingresso do FI-FGTS como acionista das empresas Foz do Rio Claro Energia S.A. e Ijuí Energia S.A. Com a formalização do processo o Fundo passou a deter 49,99% do capital social total de cada empresa. O ingresso do FI-FGTS foi formalizado mediante realização de AGE da Ijuí Energia S.A. e da Foz do Rio Claro Energia S.A., em 09 de dezembro de 2008 e 23 de janeiro de 2009, respectivamente.

Opções de compra e venda de ações preferenciais das empresas Usina Paulista Queluz de Energia S.A. e Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.

Em 2 de outubro de 2008, a Companhia celebrou com o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FI-FGTS"), um Acordo de Acionistas e Instrumentos de Opções de Compra e Venda de Ações, os quais prevêem o ingresso do FI-FGTS como acionista nas empresas Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. e Usina Paulista Queluz de Energia S.A. Com a formalização do processo o Fundo passou a deter 49,99% do capital social total de cada empresa. O ingresso do FI-FGTS foi formalizado mediante realização de AGE da empresas em 16 de dezembro de 2008.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais)

21. Compromissos--Continuação

Contrato de Compra e Venda de Ações de emissão da ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Em 10 de novembro de 2009, a Alupar Investimento S.A (compradora), a MDU Sul Transmissão de Energia Ltda. (vendedora) e a CENTENNIAL ENERGY HOLDINGS INC (garantidora), firmaram um contrato de compra e venda de ações, cujo objeto é a aquisição pela Alupar de 4.213.710 (quatro milhões, duzentas e treze mil, setecentas e dez) ações ordinárias da ECTE ("Ações"), em quatro porções distintas, sendo: a primeira de 1.053.429 (um milhão, cinqüenta e três mil, quatrocentas e vinte e nove) ações ordinárias e nominativas de emissão da ECTE ("Lote(s) de Ações") e as demais de 1.053.427 (um milhão, cinqüenta e três mil, quatrocentas e vinte e sete) ações ordinárias. Os Lotes de Ações deverão ser transferidos pela Vendedora para a Compradora mediante o pagamento do Preço de Compra, que deverá ocorrer em quatro parcelas anuais, sendo a primeira parcela devida somente após 12 meses da Data de Fechamento e as três seguintes em parcelas a serem pagas sucessivamente a cada 12 b juntamente com a transferência do respectivo Lote de Ações, tudo conforme definido no Contrato;

Referido contrato foi aprovado pelo BNDES em 29 de junho de 2010, Bancos Financiadores em 02 de junho de 2010 e pela ANEEL em 25 de maio de 2010.

22. Seguros

A companhia e suas controladas e controladas em conjunto mantêm cobertura de seguros contra incêndio sobre bens do ativo imobilizado, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre os seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das informações trimestrais, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os seguros vigentes em 30 de junho de 2011 estão assim distribuídos:

Risco	Importância segurada	Prêmio
Compreensivo empresarial (incêndios, inundações, queda de raio, explosão, etc.)	572.604	1.392
Riscos de engenharia	31.627	53
Responsabilidade civil	23.500	233
Responsabilidade civil - administradores	11.800	57
Total	<u>639.531</u>	<u>1.735</u>

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais)

23. Revisão tarifária das transmissoras

Os contratos de concessão, assinados pelas distribuidoras com a União - representada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) - estabelecem a composição das tarifas e as fórmulas dos reajustes anuais e exigem revisões tarifárias periódicas.

A revisão tarifária periódica tem o objetivo de promover o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes que prestam serviços de energia. Na data de "aniversário" do contrato de concessão, ocorre o reajuste anual, que objetiva repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Abaixo segue quadro da Receita Anual Permitida (RAP) das empresas operacionais do grupo:

Empresa	RAP Ciclo 2010/2011	RAP Ciclo 2011/2012
Companhia Transirapé de Transmissão	13.722	15.747
Companhia Transleste de Transmissão	25.799	29.087
Companhia Transudeste de Transmissão	15.990	18.028
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	279.353	306.679
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	61.695	67.724
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	6.614	11.144
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	142.335	160.475
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	63.649	69.869
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	25.153	28.359
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	16.830	18.975
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	25.983	27.989
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.	113.885	128.399